



RELATÓRIO E CONTAS

Índice

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
MISSÃO, VISÃO, VALORES, ESTRATÉGIA	6
PERFIL DA EMPRESA	8
RESERVAS & RECURSOS	8
CAPACIDADE FINANCEIRA	8
FUTURO	8
PRINCIPAIS INDICADORES	9
ENVOLVENTE DE MERCADO	10
SECTOR PETROLÍFERO NACIONAL	10
ACTIVIDADES DE PESQUISA & PRODUÇÃO.....	10
EVOLUÇÃO DAS RESERVAS E RECURSOS	13
COMERCIALIZAÇÃO DO BRENT	13
DESEMPENHO FINANCEIRO	13
ANÁLISE DE RESULTADOS	14
GOVERNAÇÃO	17
ESTRUTURA ACCIONISTA	17
GOVERNAÇÃO CORPORATIVA	17
ÓRGÃOS E CORPOS SOCIAIS	17
POLÍTICA DE COMPLIANCE	18
DESEMPENHO ANUAL HSE	18
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	19
GESTÃO DE RISCO	20
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	20
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	24
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	25
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	26
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	50
RELATÓRIO DE AUDITORIA	51
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.....	52

Mensagem da Administração

Senhores Accionistas, Colaboradores, Parceiros.

Durante o exercício de 2025, a ACREP vivenciou enormes desafios, com destaque para a alteração e redução do seu Conselho de Administração, no âmbito da decisão da Assembleia Geral de accionistas de Julho de 2025, face aos resultados do exercício de 2024, associados ao incumprimento das metas e objectivos do plano de negócios da empresa, para o triénio 2023-2026.

O insucesso na realização dos objectivos fundamentais da sociedade estabelecidos para 2024, nomeadamente em termos recursos financeiros, estão associados ao fracasso do programa de capitalização da sociedade por via da diluição de 30% do seu capital social e à não implementação, em tempo oportuno, do projecto de eficiência e optimização dos custos de gestão, relativos às actividades nas concessões operadas do onshore de Cabinda



Vale destacar o aumento expectável de reservas P2 da ACREP SA, em pelo menos 30%, como resultado da descoberta comercial de gás natural não associado e condensados, do Poço Gajajaira-1, do Bloco 1/14, estimadas em mais de 25 mm bbls de óleo equivalente.

Durante o exercício completaram-se (2) anos de negociações, relativas ao maior e mais desafiante objectivo da ACREP, o da assunção de participação minoritária não operada, em activo maduro e de produção relevante, cujo desfecho se prevê para o ano 2026, e que representará uma mais-valia significativa, em termos financeiros e aumento de reservas P1.

Relativamente ao Bloco 1/14, o elevado custo do Poço Gajajaira-1, dobro do orçamentado, constituiu, apesar dos resultados confirmarem a descoberta de uma jazida de reservas de gás natural não associado, de dimensão média, um encargo desafiante para a ACREP, criando constrangimentos não antecipados aos resultados de 2025.

Finalmente tornou-se efectivo, a 01 de Janeiro de 2025, o desinvestimento da ACREP no Bloco 4/05, uma participação como não operador, durante cerca de 20 anos, cuja produção acumulada de 7,00 milhões de barris, garantiu a consolidação da sociedade como petrolífera Angolana de Exploração e Produção de hidrocarbonetos, ainda que o activo tivesse imposto prejuízos relevantes nos últimos (3) anos.

Quanto ao Bloco Cabinda Sul Onshore, único activo em produção em 2025, a realização de estudo independente do Campo de Petróleos do Castanha, permitiu duplicar as reservas provadas, e, por conseguinte, sancionar a decisão para execução em 2026, da perfuração de (2) poços horizontais Infill, que conduzirão, por um lado ao um aumento da actual produção e das reservas recuperáveis, e por outro ao incremento de reservas P1 da ACREP SA no exercício, de cerca de 50%.

A aprovação do programa de trabalhos para o Bloco Cabinda Norte Onshore, que tem como objectivo o estudo da capacidade produtiva do poço descoberto do Campo Dinge, sancionou o início das actividades de levantamento de acesso ao local, em condições de máxima segurança, que decorreram com sucesso, no âmbito de uma elevada interação e parceria, com as autoridades e populações locais vizinhas da locação.

Durante o último trimestre do exercício, subscreveu-se um acordo de intenções com entidade de referência, para implementação de um programa agressivo de trabalhos de pesquisa no activo, que constitui o Bloco Cabinda Norte Onshore, antecipando-se sua aprovação no 2º semestre de 2026, sem encargos financeiros para a ACREP SA.

Em 2025 a sociedade deu início, na qualidade de Operador, às actividades do programa de trabalhos de pesquisa do Bloco Kon 19, localizado na Bacia Terrestre do Kwanza, cujos limites geográficos integram as Províncias do Bengo e Kwanza Sul, encarando-se positivamente, em conjunto com seus profissionais e quadros em geral, o enorme desafio que representa, face ao histórico associado a trabalhos realizados no passado, por operador de experiência reconhecida.

Durante o exercício mereceu igualmente destaque, a análise, discussão e aprovação do Programa de Trabalhos de Pesquisa previsto para 2026, sancionado pelos parceiros do Bloco 6/24, situado em águas rasas da Bacia do Kwanza, e cuja prioridade visa a avaliação da comercialidade da descoberta (1983), resultante da perfuração do Poço Cegonha-1, localizado na Baía de Luanda.

Com a implementação no mês de Setembro do exercício em apreço, da reorganização associada à alteração do Conselho de Administração, procedeu-se ao ajustamento do Organograma da ACREP SA, nomeadamente a nível dos órgãos centrais, maximizando a descentralização das operações dos Blocos operados do Onshore de Cabinda, iniciada na 2ª metade do 4º trimestre, através da gestão das operações de produção, por empresa do grupo, a BUCOMAZI LDA, conduzindo a uma maior eficiência da força de trabalho e optimização dos custos operacionais.

Durante o ano não se verificaram grandes oscilações dos preços do petróleo, mas mantiveram-se medidas destinadas à preocupação crescente com a adopção, de cada vez mais e melhores práticas ambientais, sociais e de governação (ESG), que representam um posicionamento estratégico da empresa, visando apoiar nossa pretensão de entidade de referência, no âmbito dos objectivos de expansão, nas Bacias Terrestres interiores de Angola.

A segurança das operações, uma prioridade inegociável, apesar do encerramento com taxas de acidentes dentro dos limites aceitáveis para o sector, sem dias perdidos, continuou a merecer da direcção de empresa e quadros executivos, a devida reflexão e procura de formação adequada aos operadores de campo e quadros em geral, garantindo uma cada vez maior eficiência de processos e do compromisso dos colaboradores, para garantia de nível “0” de ocorrências de risco.

No âmbito da estratégia de captação de fundos, visando garantir os compromissos da ACREP SA relativos ao plano de negócios aprovado para o triénio vigente, bem como a mitigação de riscos em activos, em fase de pesquisa e avaliação de descobertas e recursos reconhecidos, manteve-se como prioritária e premente, a promoção de parcerias, através da cessão de interesses participativos em activos, em que a sociedade detém participação relevante, como Operador ou Não Operador, como opção adequada alternativa às dificuldades de acesso a financiamentos junto da banca local e ao seu elevado custo.

Nesse contexto, e em resultado de diversas parcerias em estudo e avaliação, antecipamos para 2026, o estabelecimento de um conjunto de projectos de parcerias e respectivos programa de

actividades, que certamente permitirão a consolidação da sustentabilidade do negócio, complementando as medidas de contenção e gestão financeira, disciplinada e parcimoniosa adoptadas no 4º trimestre do exercício vigente, com uma abordagem focada na optimização de custos em paralelo com a maximização da produção e incremento de reservas e recursos.

Um maior alinhamento e comunicação mais transversal com todos os colaboradores e parceiros da empresa, em simultâneo com mais e maior transparência de informação, exposta nos nossos relatórios, constitui ponto fulcral dos compromissos com a governação corporativa.

No âmbito da redução dos gases de efeito estufa, mantém-se em estudo e análise, a promoção de programas, que certamente conduzirão, tal como previsto para o quinquénio, a implementação de projectos relativos à eficiência energética e optimização do uso de combustíveis, dos quais se destaca o interligação do actual sistema de geração de energia das instalações do Campo Castanha à rede de média tensão da ENDE, posicionando a ACREP SA, no grupo de empresas do sector petrolífero, com consumo directo de energia da rede para os poços de produção de petróleo.

A ACREP S.A participou em diversos fóruns organizados a nível do sector, nacionais e internacionais, no âmbito das suas responsabilidades corporativas para com a sociedade em geral, e parceiros em particular, facilitando um conhecimento cada vez maior da sua estratégia e programas em curso nos domínios de petróleo, gás e energia.

Quanto às responsabilidades sociais, nomeadamente para com as comunidades populacionais, das regiões em que está inserida, mantiveram-se os compromissos para com projectos inclusivos, através do apoio e participação, directa e indirecta, cobrindo os domínios da Educação, Saúde, Acesso a Água Potável e de carácter religioso, para além de uma atitude mais dinâmica e objectiva, na empregabilidade de mão de obra, proveniente directamente das áreas operacionais, e um relacionamento e parceria elevadas, com as autoridades locais, considerando o facto de os Blocos operados pela ACREP SA, localizarem-se em perímetros periurbanos de Bacias Terrestres.

Face ao enorme desafio associado às exigências profissionais que o plano de negócios da ACREP SA vem desenvolvendo, nomeadamente com recurso a entidades, de diversos quadrantes geográficos e experiência comprovada, estão programadas um conjunto de iniciativas de formação e exposição dos quadros e colaboradores da empresa, visando um aprendizado para reforço permanente da capacitação do capital humano representado por profissionais, que integram as diversas empresas que constituem o grupo ACREP SA.

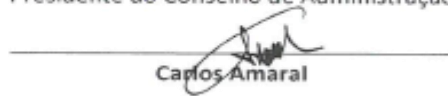
A aproximação e transparência, que se pretende ser apanágio da relação entre si e com a sociedade, dos mais de 450 accionistas que integram actualmente o capital social da ACREP SA, foi iniciada com a recurso a webinars, para análise e discussão de temas, enquadrados nas actividades da empresa, tendo-se no exercício vigente realizados (3) sessões de esclarecimento e troca de informação.

A pedido de diversos accionistas, detentores de menos de 50 a 100 acções, que integraram o capital social da ACREP SA no âmbito do processo de diluição de capital em Bolsa, o Conselho de Administração considera levar à Assembleia Geral, a proposta de compra ocasional pela própria empresa.

Finalmente é imperioso destacar o elevado sentido de responsabilidade e de missão, que caracterizou o colectivo de trabalhadores, durante o 2º semestre de 2025, no âmbito do processo de organização da empresa, pelo que reiteramos nosso agradecimento pelo apoio e cerrar fileiras

em torno da direcção, extensivo aos parceiros e accionistas, nomeadamente os de referência, pelo seu compromisso e confiança.

Presidente do Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Amaral', is written over a horizontal line. Below the line, the name 'Carlos Amaral' is printed in a small, black, sans-serif font.

Missão, Visão, Valores, Estratégia

A ACREP – Exploração Petrolífera S.A. é uma empresa petrolífera angolana, orientada para a qualidade, inovação e responsabilidade socioambiental, gerindo de forma prudente e diligente, os recursos disponíveis sob critérios de competência profissional.

Tornar-se em empresa independente e de referência, em Angola, nas actividades de pesquisa e produção de petróleo e gás, bem como de produção e distribuição de energia, visando um crescimento sustentável, a médio e longos prazos, e garantia do retorno do investimento



- Transparência
- Sustentabilidade
- Trabalho em Equipa
- Integridade
- Profissionalismo
- Parceria
- Inovação
- Colaboração

A estratégia da ACREP subentende a maximização de extração dos recursos reconhecidos nos activos que explora, no âmbito dos programas de pesquisa em concessões marítimas de reconhecido potencial, em parceria com entidades de referência internacional, bem como, optimização da produção em Blocos maduros e o desenvolvimento de descobertas reconhecidas, em activos terrestres e marítimos, com baixo risco de exploração e garantido retorno dos investimentos.



Perfil da Empresa

Reservas & Recursos

As actividades promovidas no exercício em curso, consagram a realização dos objectivos definidos em 2003, aquando da fundação ACREP SA, nomeadamente a participação activa no relançamento e optimização da produção de campos encerrados nas Bacias Terrestres, através do exercício das funções de Operador dos Blocos Cabinda Sul e Cabinda Norte na Bacia do Baixo Congo e Bloco Kon 19 na Bacia do Kwanza.

A nível da plataforma marítima continental de Angola, a ACREP S.A., integra na Bacia do Baixo Congo, como Não Operador, o Grupo Empreiteiro do Bloco 1/14, do qual há a destacar a descoberta, durante o exercício de 2025, de uma das maiores jazidas de Gás Natural Não Associado e por outro lado, a nível da Bacia do Kwanza, ressaltamos a assinatura igualmente de um Contrato de Serviços de Risco, para exploração de hidrocarbonetos do Bloco 6/24 , para a avaliação da descoberta do Cegonha, e em que a sociedade detém um interesse participativo Não Operador de 15%.

A descoberta resultante da perfuração do Poço Gajajeira - 1, permitiram registar um incremento significativo das reservas líquidas P2 da ACREP SA, para um total de 64,25 milhões de barris, representando um aumento de cerca de 55%, excluindo simultâneo o potencial de recursos

Capacidade Financeira

O sector de petróleo e gás é reconhecido como de capital intensivo, de elevados riscos e em simultâneo de significativos retornos, associados, por um lado às incertezas das actividades de pesquisa geológica dos activos e por outro à volatilidade dos preços de petróleo, aspectos que podem impor constrangimentos ao financiamento dos programas de trabalho, nomeadamente com recurso a fundos bancários.

Nesse contexto continua estratégico, o recurso à cedência parcial de interesses participativos, em activos em que a ACREP SA detém, mais de 1/3 da participação do Grupo Empreiteiro da concessão.

A 31 de Dezembro de 2025, a ACREP S.A a produção acumulada registada pela sociedade foi de 7,31 mm barris de petróleo, dos quais 115.500 bbls em 2025.

Futuro

Apesar dos constrangimentos vividos em 2025, associados à volatilidade do preço do Brent, em resultado de conflitos internacionais impondo, tensões geopolíticas afectando directa e indirectamente, os maiores produtores mundiais de petróleo e gás, e da adopção de medidas austeras de redução de custos e eficiência operacional, a nível dos activos em que a ACREP SA é operadora, a descoberta de Gás Natural Não Associado e Condensados no Poço Gajajeira-1 e a evolução positiva do processo visando o acesso a uma participação minoritária em concessão madura relevante, auguram-se para o triénio 2026 - 2028, perspectivas que garantem a consolidação da empresa, um crescimento sustentável, a diversificação de actividades e naturalmente, um retorno dos capitais investidos.

Principais Indicadores

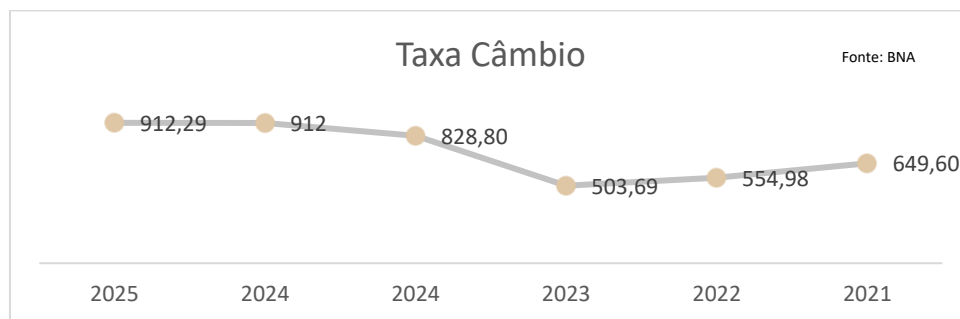
Indicadores operacionais	2025	2024	2023	2022	2021
Produção					
Produção Total (Bbls)	115 500	219 456	439 454	463 364	367 511
Produção média WI (Kboped)	316	449	458	495,4	666,5
Produção média NE (Kboped)	447,5	447,5	471,0	480,9	647,0
Reserva					
Reservas 1P (MM boe)	3,49	2,66	2,77	19,70	5,70
Reservas 2P (MM boe)	64,25	50,84	32,78	13,46	14,86
Reservas 3P (MM boe)	89,22	81,16	81,16	22,47	79,80
Recursos	72,36	78,92	0,00	0,00	0,00

Indicadores Financeiros (USD)	2025	2024	2023	2022	2021
Vendas	3 026 325	15 062 168	32 428 026	41 850 885	29 994 770
Ebitda	-3 730 428	-6 161 596	4 468 912	25 533 085	12 691 978
Resultados operacionais	-5 192 440	-8 922 355	870 268	19 992 294	1 420 446
Resultados financeiros	489 220	-33 720	470 767	57 321	-119 588
Resultado líquido	-3 865 844	-9 852 339	15 157 502	13 887 223	4 045 206
Investimento	19 762 250	5 064 198	12 108 476	7 288 042	3 425 854
Activo Total	102 718 746	109 489 116	116 791 994	102 532 142	103 303 972
Capital próprio	38 208 071	41 766 145	51 618 484	47 241 433	33 354 209
Dívida líquida	36 740 157	15 274 042	1 786 015	15 960 599	23 587 691
Dívida líquida / Capital próprio	96,16%	36,57%	3,46%	33,79%	70,72%
Dívida líquida / Ebitda	-9,8	-2,5	0,4	0,6	1,9
ROA	-5,06%	0,69%	0,75%	19,50%	1,38%

Envolvente de Mercado

Durante o exercício, o preço médio do Brent, petróleo que serve de referência às exportações de Angola manteve-se acima dos USD/BBL 70.00, resultado de factores de mercado, dos quais se destacam a gestão das quotas de produção pelos membros da OPEP, e a situação geopolítica internacional.

A nível do mercado cambial nacional, as políticas de liberalização adoptadas pelo BNA, não interferiram no valor do Kwanza face ao Dólar, mantendo-se a taxa de câmbio da ordem dos 912,29 Kwanzas durante o exercício de 2025.

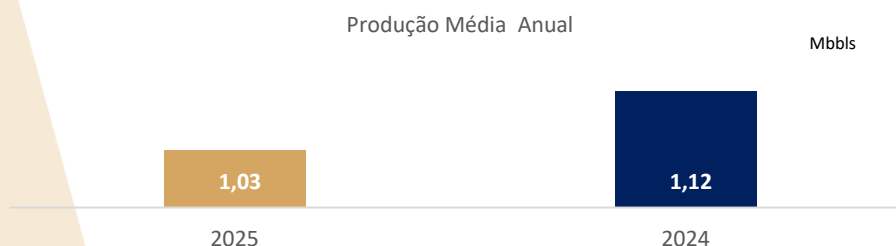


Sector Petrolífero Nacional

Durante o exercício de 2025 registou-se a revisão contractual de activos em produção, visando a optimização da exploração de campos petrolíferos maduros, em resultado da publicação do Decreto Legislativo Presidencial Nº8/24 de 20 de novembro sobre a Produção Incremental em Blocos Maduros e em Áreas de Desenvolvimento Não Desenvolvidas.

Merece igualmente destaque a inauguração no final do exercício, da unidade de tratamento de Gás Natural Não Associado, produzido pelo Consorcio de Gás Natural, tendo constituído um marco significativo, não só para o desenvolvimento de jazidas de Gás Natural reconhecidas, e mais importante para o início de programas de pesquisa de Gás Natural em Angola.

Apesar dos esforços das instituições e empresas que actuam no sector petrolífero angolano, a produção média do País observou contração de 8%, tendo a média anual rondado os 1,12 milhões Bbls por dia.



Actividades de Pesquisa & Produção

No período em análise foi encerrada o campo Gimboa, com efeito retroactivo a 01 de Janeiro de 2025, as actividades de pesquisa e avaliação do UM6 e UM7 no Bloco 4/05, no âmbito do processo

de desinvestimento da ACREP SA no Bloco, através da cessão dos seus interesses participativos a favor da Sonangol Exploração & Produção.

No Bloco Cabinda Norte Onshore, a ACREP, S.A. iniciou, enquanto Operador do Bloco, trabalhos preliminares para entrada no perímetro da concessão, com destaque para a licença ambiental, operações de levantamento e garantia de acesso, às locações dos poços Dingé 20-04 e Dingé 20-05, objectivos fundamentais para os testes de produtividade de longa duração dos Campo do Dingé e Nzila em 2026.

No Bloco 1/14, realizou-se com sucesso a perfuração do Poço de Pesquisa Gajajeira-1, declarado como Descoberta Comercial, com um volume indicativo de 1,6 TCF de Gás Natural Não Associado e 100 milhões de barris de Condensados, classificado como a 1ª descoberta realizada no âmbito de programa de pesquisa específico para avaliação do potencial de Gás Natural na Bacia do Baixo Congo.

Relativamente ao Bloco Cabinda Sul Onshore, foi iniciado o processo de preparação para a perfuração de dois poços Infill horizontais no Campo Castanha, com destaque para os concursos junto de entidades de prestação de serviços de perfuração e completação dos poços, bem como para a conclusão do estudo de modelo estático e dinâmico do Campo do Castanha, por entidade independente, confirmando um aumento significativo das reservas e a viabilidade da execução dos poços Infill.

Durante o exercício de 2025, e relativamente ao Bloco Kon 19, após realização pela ACREP, S.A. dos estudos in house sobre o activo, e aturada apreciação com os parceiros do Bloco, foi submetido, em outubro, o programa de trabalhos para o ano de 2026.

No decurso do exercício, foi finalmente assinado o Contrato de Serviços de Risco para o Bloco 6/24, tendo o Operador, a Sonangol EP, submetido à apreciação dos parceiros as linhas mestras para o programa de exploração do activo, previsto para 2026.

Activos em Pesquisa

Bloco Cabinda Norte- Bloco Norte da Zona Terrestre de Cabinda

Durante o exercício em apreço, a ACREP, S.A. deu início formal às operações na área de concessão, com destaque para emissão das licenças, processo de levantamento de acesso em segurança às locações dos poços dos Campos do Dingé e Nzila, bem como da preparação dos meios para os testes de longa duração.

No decurso do exercício de 2025, os custos directos de pesquisa incorridos no Bloco ascenderam a **USD 38.744.**

Bloco 1/14

Durante o exercício de 2025, o Grupo Empreiteiro continuou trabalhos de maturação dos prospectos do Bloco, e realizou com sucesso a perfuração do Poço Gajajeira-1, do qual resultou a descoberta de Gás Natural Não Associado e Condensados, tendo os encargos ultrapassado o montante orçamentado.

A quota parte da ACREP, S.A., nos custos directos de pesquisa, foi na ordem dos **USD 16.991.170**, incluindo encargos de A&S.

Bloco 4/05

Durante o período em análise, prosseguiram as actividades de pesquisa e avaliação no Bloco, nomeadamente os estudos de viabilidade dos prospectos UM6 e UM7. No mesmo período, a Sonangol E.P. formalizou a assunção dos 18,75% de interesses participativos da ACREP, S.A., com efeitos a 01 de Janeiro de 2025.

Os custos incorridos com as operações de Desenvolvimento, Produção e A&S totalizaram **USD 11.352.771**, tendo sido integralmente suportados pela Sonangol E.P., em conformidade com o acordo de assunção.

Bloco KON-19

Durante o exercício de 2025, a ACREP SA desenvolveu um conjunto de estudos e reuniões de consenso com os parceiros, que levaram à aprovação do plano de trabalhos para 2026.

No exercício em análise os custos directo de pesquisa no Bloco durante o exercício de 2025 totalizaram em **USD 124.040**.

Bloco 6/24

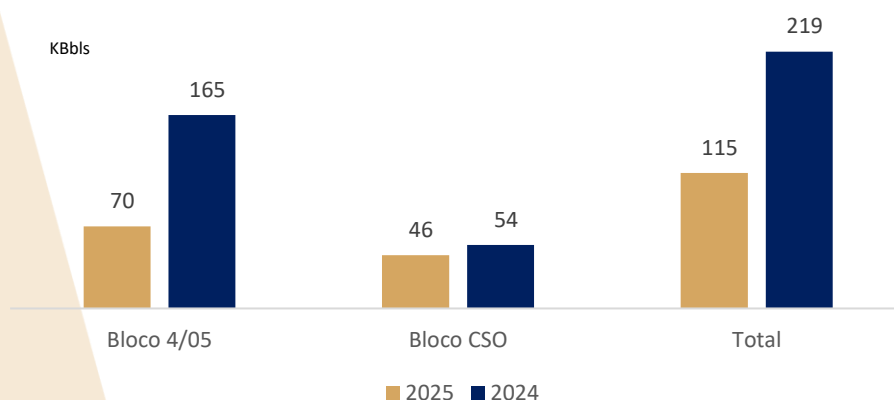
Durante o exercício de 2025, foram realizadas um conjunto de reuniões, em que os membros do GE decidiram e aprovaram os princípios do programa de trabalhos para a concessão, a serem implementados em 2026.

Não se verificam, no período em análise quaisquer reconhecimentos de custos pré-exploratórios do Operador relacionados com actividades de pesquisa desenvolvidas no Bloco.

Activos em Produção

No exercício de 2025, a produção total da ACREP, S.A. atingiu os **115.500 barris**, integralmente proveniente dos Blocos Cabinda Sul Onshore e 4/05.

Por outro lado, registou-se uma produção de **69.982 barris** no **Bloco 4/05**. No entanto, no contexto do processo de desinvestimento da ACREP, S.A. neste activo, e em linha com o enquadramento da assunção, a referida produção não é reconhecida como produção atribuível à ACREP, S.A.



Bloco 4/05

No período em análise, o Bloco 4/05 produziu um total de **373.237** barris e exportou **565.333** barris, na totalidade pretensa dos demais membros do GE, face ao desinvestimento da ACREP, S.A. no Bloco.

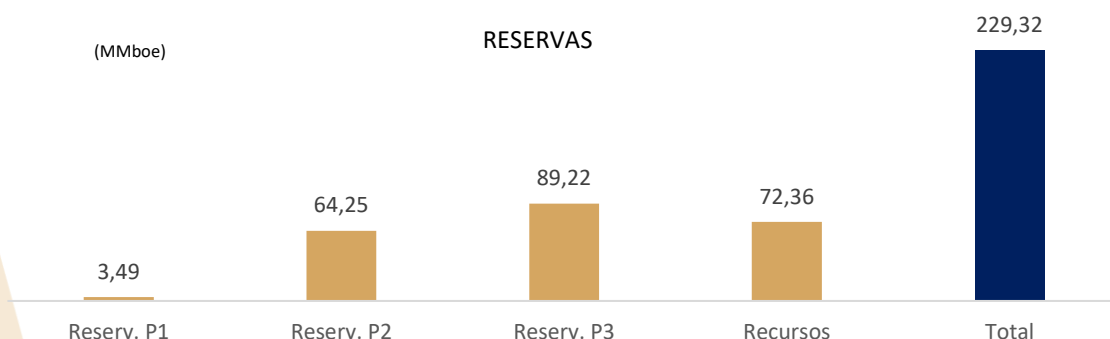
A ACREP, S.A manteve uma produção média “working interest” de 300 boepd (barris de óleo equivalente por dia).

Bloco Cabinda Sul

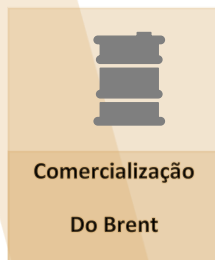
No exercício de 2025, o Bloco Cabinda Sul produziu, um total de **82.757** barris e exportou **80.000**, tendo sido alocados à ACREP S.A um total de **44.000** barris.

Evolução das Reservas e Recursos

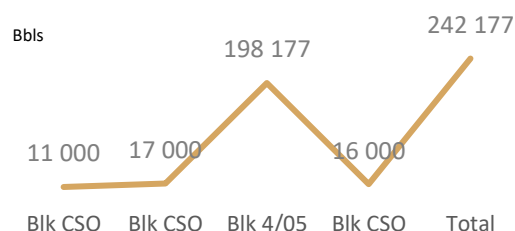
No período em análise a ACREP, S.A registou um incremento das suas reservas P2 resultante dos resultados do poço descoberta Gajajeira-1 do Bloco 1/14, estimados em 25 MMBblsoe.



Comercialização do Brent



No período em análise, foram comercializados **242.177 Bbls**, com referência ao Brent, através de 4x operações de exportação. De referir que a ACREP não levantou do Bloco 4/05, em virtude ao acordo em curso.

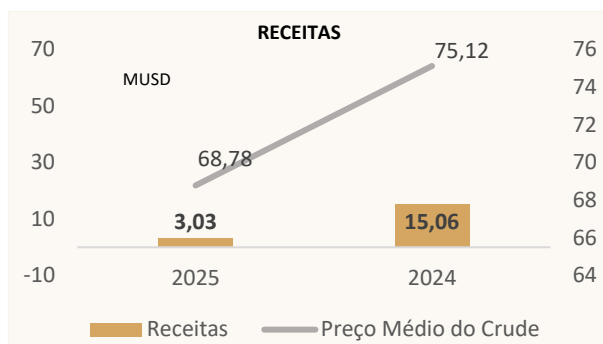


Desempenho Financeiro

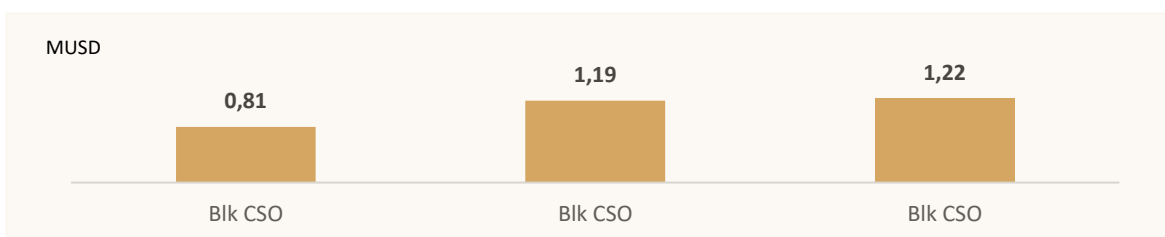
A nível financeiro, destacam-se no exercício de 2025:

- A produção “net entitlement” de petróleo foi de **300 boepd**
- Resultados operacionais negativos de USD **5.192.440**
- Resultado líquido negativo de USD **3.865.844**
- Activo total a 31 de Dezembro de 2025 de USD **102.718.746**
- Pagamento de Imposto de Rendimento de Petróleo no total de USD **138.155**
- Caixa e equivalentes no montante de USD **4.173.906**
- Dívida líquida de USD **36.740.157**

Análise de resultados



As receitas registadas em 31 de Dezembro de 2025, no montante de **USD 3,03 milhões**, evidenciam um decréscimo significativo face aos USD 15,06 milhões registados no período comparativo, essencialmente explicado pelo não carregamento de Brent por parte da ACREP, S.A., no âmbito do Bloco 4/05.



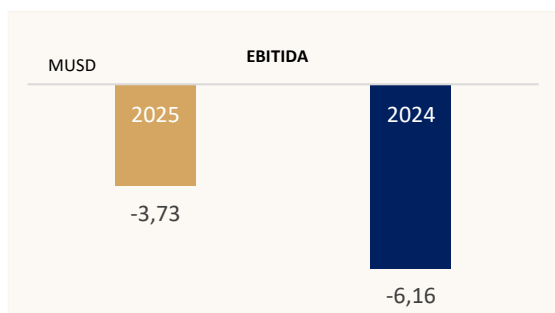
Custos Operacionais



Os custos operacionais reduziram-se em **USD 16,45 milhões**, totalizando **USD 4,01 milhões**, devido ao não reconhecimento dos custos do Bloco 4/05, na sequência da assunção do respectivo IP.

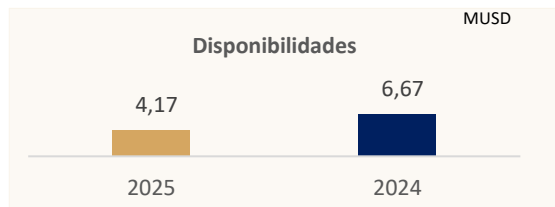
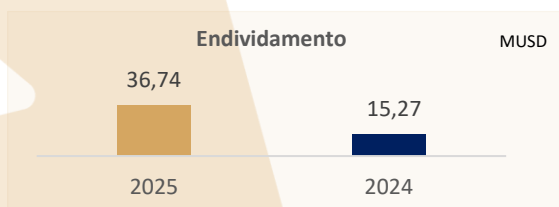
EBITDA

O resultado medido pelo EBITDA, registou, a 31 de dezembro do exercício em análise, um valor negativo de **USD 3,73 milhões**, evidenciando uma melhoria face ao período anterior, no qual se situou negativos em **USD 6,16 milhões**. Esta evolução resulta, essencialmente, da não exportação no Campo Gimboa.



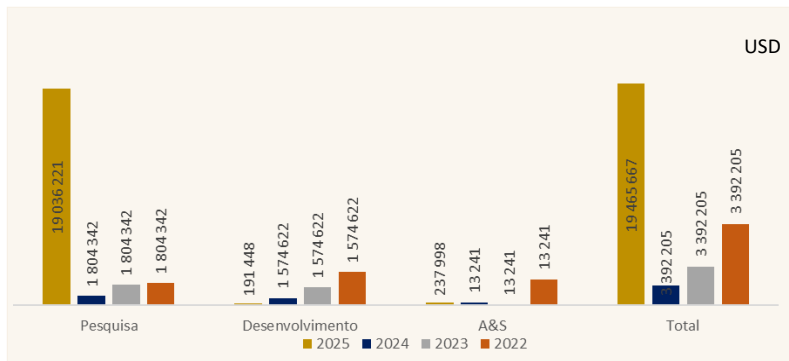
Endividamento/Caixa Líquido

Durante do exercício de 2025, a dívida financeira era de USD **36,74 milhões**. O caixa líquido totalizou USD **4,17 milhões**.

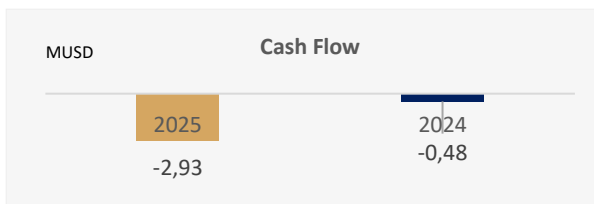


Investimentos

No período em análise o volume de investimentos em actividades de Pesquisa e Desenvolvimento totalizou o montante de **USD 19,46 Milhões**, sendo que **USD 19,04 Milhões** em pesquisa e **USD 0,191 Milhões** em Desenvolvimento



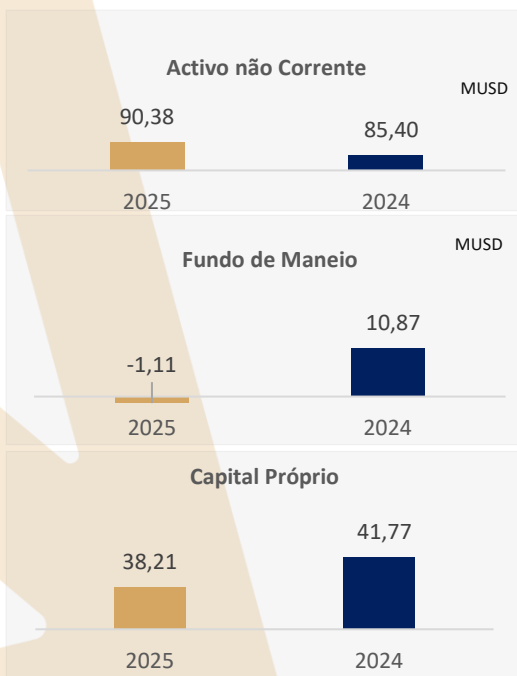
Cash Flow



À 31 de dezembro de 2025, as actividades operacionais registaram um fluxo de caixa negativo de **USD 2,93 milhões**, evidenciando um agravamento significativo face ao valor negativo de **USD 484 mil** verificado no exercício de 2024.

Estrutura do Capital

Indicadores Financeiros	2025	2024
Activo não Corrente	90 381 601	85 395 442
Fundo de Maneio	(1 106 997)	10 874 270
Disponibilidades	4 173 906	6 666 806
Dívida Líquida	36 740 157	15 274 042
Capital Próprio	38 208 071	41 766 145
Capital empregue	90 381 601	85 395 442
Dívida Líquida / Capital Próprio	1,0	0,4
Dívida Líquida / Ebitda	(9,8)	3,4



O activo não corrente aumentou em **USD 4,98 milhões**, passando de **USD 85,4 milhões** em 2024 para **USD 90,38 milhões** em 2025, reflectindo, maioritariamente, os investimentos associados à perfuração do poço **Gajajeira-1** no Bloco 1/14, operado pela Azule Energy.

O fundo de maneio reduziu-se em **USD 11,98 milhões**, fixando-se em negativos de **USD 1,11 milhões** a 31 de dezembro de 2025 (2024: **USD 10,87 milhões**), reflectindo, principalmente, a diminuição das **disponibilidades** (USD 5,62 milhões) e dos **clientes** (USD 14,77 milhões).

O Capital Próprio apresentou uma diminuição de **USD 3,56 milhões**, fixando-se em **USD 38,21 milhões** a 31 de Dezembro de 2025 (2024: **USD 41,77 milhões**), reflectindo, fundamentalmente, o resultado líquido negativo do exercício.



Resultados Financeiros

Os resultados financeiros totalizaram um montante positivo de **USD 489 mil** referentes às diferenças cambiais e juros sobre suprimentos.

Resultados Não Operacionais

Os resultados não operacionais foram positivos de **USD 976 mil**, reflectindo, em grande medida, a regularização de estimativas de custos do Bloco CNO reconhecidas no exercício anterior.

Resultado Líquido

O exercício de 2025 encerrou com um resultado líquido negativo de **USD 3.865.844**.

Governança

Estrutura Accionista

A operação de dispersão parcial de capital social em bolsa que resultou na entrada de 447 novos accionistas, representando cerca de 3,9% do capital social, não se tendo registado alterações relevantes na estrutura accionista durante o exercício de 2025.

Governança Corporativa

A ACREP, S.A. rege-se por princípios de ética, transparência e rigor, suportados por um modelo de governação alinhado com as melhores práticas.

A estrutura de governação integra:

- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal.

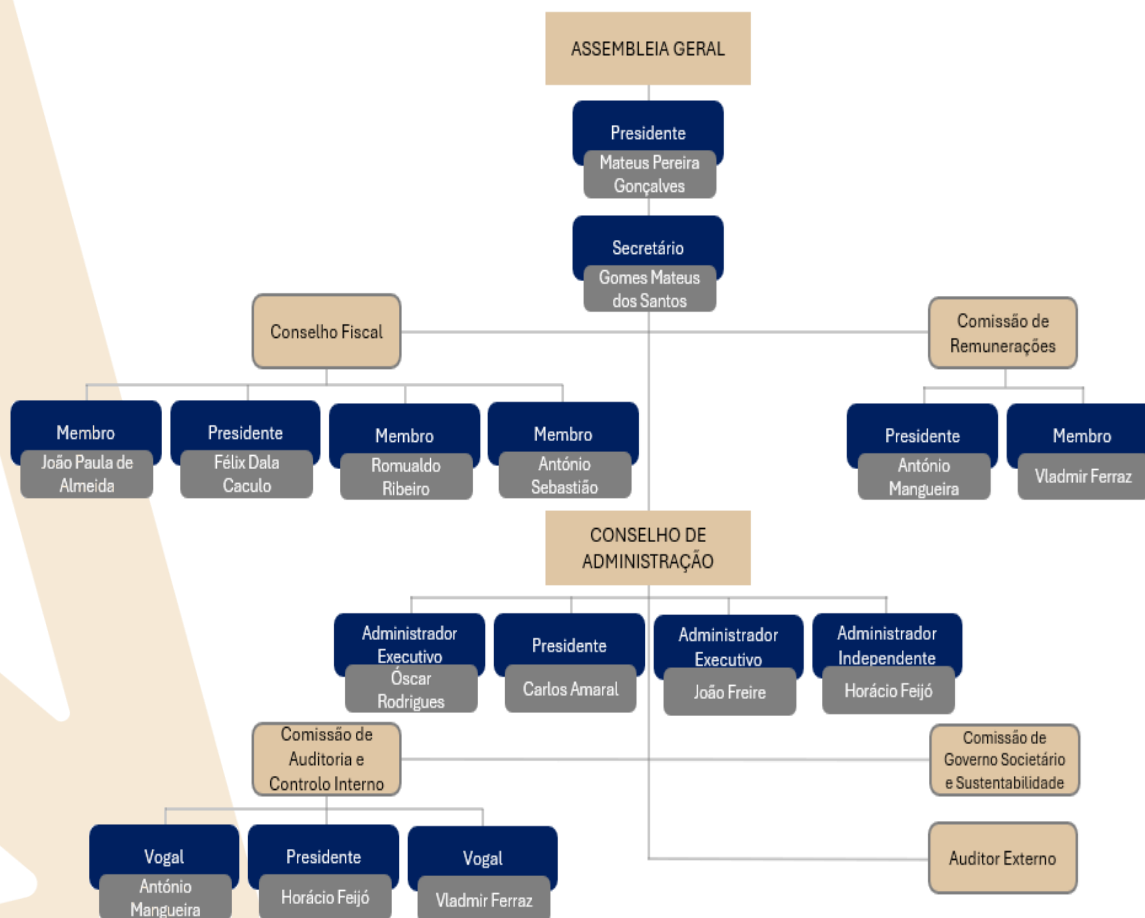
E é complementada por comissões especializadas:

- Comissão de Auditoria e Controlo Interno;
- Comissão de Remuneração e Governo Societário.

Durante 2025, foram introduzidos ajustamentos na composição do Conselho de Administração, reforçando a sua componente executiva. No mesmo período, foi selecionada a entidade responsável pela auditoria externa para o triénio 2025–2027.

Órgãos e Corpos Sociais

A composição actual dos órgãos da ACREP – Exploração Petrolífera, S.A., é a que a seguir apresentamos:



Política de Compliance

No período em análise a ACREP focou-se na aderência das normas internas, legislação local, nos princípios de Direitos Humanos e critérios de ESG (Sustentabilidade), promovendo uma cultura de Compliance e melhores práticas, com o propósito de actuar de forma ética e legal, mitigar riscos, contribuir para uma cultura organizacional eficiente, incentivar a melhoria contínua, e enaltecer a reputação da ACREP, auxiliando a empresa a operar de forma sustentável e transparente.

O programa desenvolvido tem sido executado em consonância com as melhores práticas seguidas no sector petrolífero e em consideração às leis nacionais e algumas internacionais, princípios universais, valores e visão da ACREP S.A., estando em vigor várias normativas de Compliance, entre elas:

- Política de Anticorrupção & Suborno;
- Política de Denúncia & Anti Retaliação;
- Norma de Escalonamento.
- Código de Ética.

Adicionalmente, a ACREP, comprometeu-se também em manter uma cultura de *Speak-Up* (Comunicação aberta), através do nosso canal de denúncias para colaboradores e terceiros, acessível e qualquer momento pela plataforma online: Canal de Denúncia da ACREP-Exploração Petrolífera, S.A.

Desempenho Anual HSE

A ACREP tem melhorado continuamente os seus processos operacionais através da medição e *report* e adopção de indicadores ambientais, promovendo maior eficiência energética e redução de emissões.

Operador: ACREP EXPLORAÇÃO PETROLIFERA	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	YTD Indicators		
Horas Homem (Man hours worked)													Total		
All (enter hours in here)	23561	40326	28364	43177	40731	30998	22204	21382	22114	25062	26152	23112	347183		
Indicadores de Segurança													Total	TRIR	LTIFR
Fatalidades (Fatalities)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Acidente com perda de tempo (LTI)	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1		
Acidente com restrições no trabalho (RWC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Casos de tratamento médico (MTC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Total de Incidentes Registráveis (TRI)	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1		
Casos de primeiros socorros (FAC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Número de quase acidentes (# Near Misses)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Número de Incidentes com fogo (# of Fires)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1		
Tier 1 Loss of Primary Containment (# of LOPC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Tier 2 Loss of Primary Containment (# of LOPC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	0													0,58	0,58
Indicadores de Ambiente													Total	Meta/Limite Anual	
Número de Acidentes Ambientais no Manuseio, Transporte e Destino Final de Resíduos Perigosos e Radioactivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Média mensal de concentração de óleo em água	21	16	20	26	25	20	26	17	21	21	16	15	20	<30	
Número de derrame de petróleo (# Oil spills)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Volume de petróleo derramado (bbl)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Emissões GHG (Ton de CO2eq)	706,35	666,75	1045,62	1285,94	896,73	807,12	720,62	685,87	579,88	356,33	530,37	685,87	8967	22569	
Gás queimado (MMSCFD)	0,20	0,21	0,36	0,46	0,26	0,25	0,21	0,19	0,16	0,13	0,16	0,19	2,65	275	
Quantidade de Resíduos Perigosos Produzidos (Kg)	552	472	389	621	592	655	948	692	723	820	740	472	7676	8500	
Quantidade de Resíduos Não Perigosos Produzidos (Kg)	647	601	485	575	683	808	822	733	960	893	893	733	8833	10200	
Aparas (Kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Legenda:															
TRIR - Taxa Total de Incidentes Registráveis															
LTIFR - Taxa de Frequência de Incidente com Perda de Tempo															
BBL - Barris															
Ton - Tonelada															
Kg - Quilograma															

Responsabilidade Social e Ambiental



A ACREP S.A., demonstrou no exercício 2025 um forte compromisso com o desenvolvimento social actuando nas áreas essenciais para a construção de comunidades mais fortes, educação e saúde, infraestruturas, desporto e acesso à água.



Desporto como inclusão social temos o apoio contínuo desde 2022 ao Clube ferroviário de Luanda, que beneficia crianças adolescentes e jovens em situação de risco, com o objectivo de ocupar o tempo livre, promover integração e reduzir vulnerabilidades sociais.



No desenvolvimento social a manutenção das vias foi destacada como essencial para o fluxo comunitário económico e social, e enquadra-se nos esforços de engajamento com as aldeias do Bloco Cabinda Sul Onshore (CSO).



Continuidade no engajamento da construção do Posto de Saúde em Cabinda na aldeia de Banda Jembo e Bunga Fuana.



Na área de Educação, continuamos com o apoio à escolinha do Mussulo “Pequena Chama” com o apoio administrativo, material didáctico e alimentação.

Gestão de Risco

A volatilidade do preço do Brent, os riscos de pesquisa geológica e a oscilação dos custos associados às actividades de exploração e produção de petróleo, requerem a adaptação permanente do modelo de negócios, garantindo uma abordagem disciplinada, de modo a mitigar o conjunto de incertezas corporativas, típicas de empresas do sector petrolífero, para a concretização com sucesso dos seus objectivos estratégicos.

Decorrente desta realidade e factos, mantêm-se em análise um conjunto de iniciativas que visam identificar, categorizar e monitorizar os principais riscos e incertezas inerentes ao modelo de negócio: estratégico, financeiro, operacional e regulatório.

Pretende-se que o modelo de gestão de risco incorpore toda a informação de risco do processo de decisão, visando assegurar a:

- Condução das actividades de acordo com as prioridades do negócio, de forma eficiente e ordenada;
- Maximização da salvaguarda dos activos;
- Reforço da garantia do risco do negócio; e
- Melhoria constante da fiabilidade e do *report* financeiro regular.

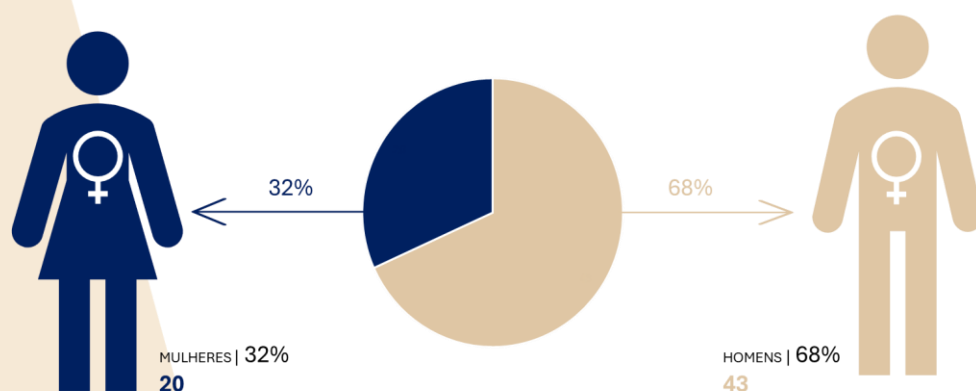
Em análise perspectiva-se a criação de um grupo empresarial em que a ACREP seja uma holding financeira, de modo a segregar os activos, mitigando o risco de contaminação e o cumprimento das leis e regulamentos das várias jurisdições em que a empresa opere. Este modelo já foi terminado por parte de uma entidade externa para atestar da sua robustez.

Desenvolvimento do Capital Humano.

Distribuição de número de trabalhadores por género

No ano de 2025, a ACREP S.A., contou com um total de 63 Colaboradores, incluindo os membros do Conselho Fiscal, das comissões e os Consultores internos. No geral possui 68% da força de trabalho é masculina e 32% feminina.

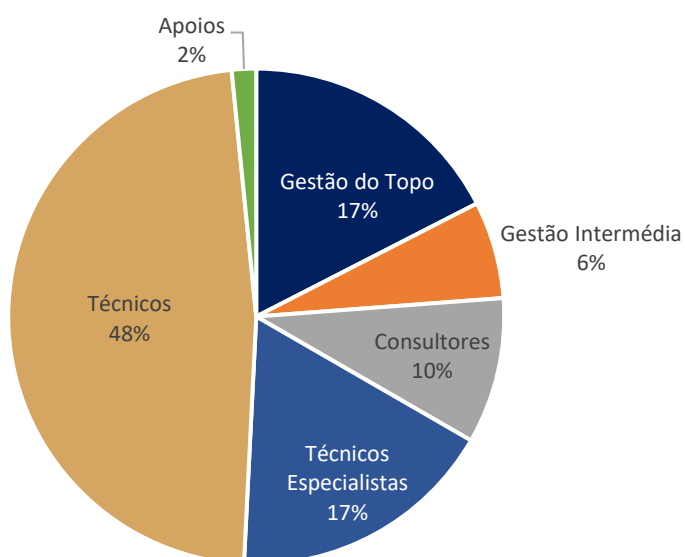
Distribuição por banda funcional



A ACREP S.A., conta actualmente com 17% dos quadros na gestão do topo, com maior percentagem no quadro técnico com 48% da força de trabalho e com apoio directo de 6 Consultores séniores, com vasta experiência no sector de Oil & Gas.

DISTRIBUIÇÃO POR BANDA FUNCIONAL

Banda	Número	Percentual (%)
Gestão Estratégica (Topo)	11	17%
Gestão Intermédia	04	6%
Consultores	06	10%
Técnicos Especialistas	11	17%
Técnicos	30	48%
Apoio	01	2%
Total	63	100%





Proposta de Aplicação de Resultados

A ACREP S.A encerrou o exercício de 2025 com um resultado líquido negativo na ordem dos **USD 3.865.844**, apurado em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade, e subsidiariamente com as normas IFRS aplicáveis à indústria petrolífera.

Propomos que os resultados sejam transferidos para resultados transitados.

Balanço

ACREP - Exploração Petrolífera, S A

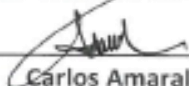
em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em USD)

Designação	Notas	2025	2024
ACTIVO			
Activo não correntes:			
Imobilizações corpóreas	4	7 385 578	7 130 508
Imobilizações incorpóreas	5	63 627 090	46 887 149
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	980 396	234 970
Outros activos não correntes	9	18 388 536	31 142 816
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		90 381 600	85 395 442
Activo correntes:			
Existências	8	3 278 028	3 284 700
Contas a receber	9	4 342 277	13 933 758
Disponibilidades	10	4 173 906	6 666 806
Outros activos correntes	11	542 934	208 409
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		12 337 145	24 093 673
TOTAL DO ACTIVO		102 718 746	109 489 116
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital	12	9 017 950	9 017 950
Reservas	13	26 272 954	26 272 954
Resultados transitados	14	6 783 011	16 327 580
Resultados do exercício		(3 865 845)	(9 852 339)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		38 208 070	41 766 145
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões para outros riscos e encargos	18	865 799	705 549
Outros Contas a Pagar não Correntes	19	18 500 674	19 645 674
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		19 366 473	20 351 223
Passivo corrente:			
Contas a Pagar	19	43 517 167	45 946 261
Outros passivos correntes	21	1 627 035	1 425 486
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		45 144 202	47 371 748
TOTAL DO PASSIVO		64 510 676	67 722 971
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		102 718 746	109 489 116

Luanda, aos 30 de Junho de 2026

Presidente do Conselho de Administração


Carlos Amaral

Administrador


Oscar Rodrigues

Contabilista


Eduardo Seteca

Membro OCPCA Nº 20150086

Demonstração de Resultados

ACREP - Exploração Petrolífera, S A

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em USD)

Designação	Notas	2025	2024
Vendas	22	3 026 325	15 062 168
Outros proveitos operacionais	24	35 094	142 054
		3 061 419	15 204 222
Variação nos produtos acabados e em vias de fabrico	25	(314 443)	1 144 411
Custos com o pessoal	28	(2 463 927)	(2 893 679)
Depreciações e Amortizações	29	(1 462 012)	(2 760 759)
Outros custos e perdas operacionais	30	(4 013 477)	(19 616 550)
Resultados operacionais		(5 192 440)	(8 922 355)
Resultados financeiros	31	489 220	(33 720)
Resultados não operacionais	33	975 531	(208 793)
Resultados antes de impostos		(3 727 689)	(9 164 868)
Imposto sobre o rendimento	35	(138 156)	(687 471)
Resultados líquidos das actividades correntes		(3 865 845)	(9 852 339)
Resultados extraordinários	34	0	0
Imposto sobre o rendimento	35	0	
Resultado líquido do exercício		(3 865 845)	(9 852 339)

Luanda, aos 30 de Junho de 2026

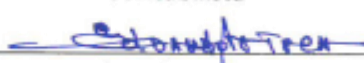
Presidente do Conselho de Administração


Carlos Amaral

Administrador


Oscar Rodrigues

Contabilista


Eduardo Seteca
Membro OCPCA Nº 20150086

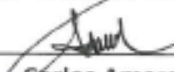
Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

ACREP - Exploração Petrolífera, S A
para o exercício em 31 de Dezembro de 2025

Rubricas	Nota	Saldo inicial 2024	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2025
Capital:					
Capital Social	12	9 017 950	0	0	9 017 950
Acções/quotas próprias	12	0	0	0	0
Prémios de emissão		0	0	0	0
Prestações suplementares		0	0	0	0
		9 017 950	0	0	9 017 950
Reservas:					
Reserva legal	13	3 000 000	0	0	3 000 000
Reservas de reavaliação	13	0	0	0	0
Reservas com fins especiais	13	1 500 000	0	0	1 500 000
Reservas livres	13	21 772 954	0	0	21 772 954
		26 272 954	0	0	26 272 954
Resultados Transitados:					
Saldo inicial:	14	16 327 580			16 327 580
Movimentos no período:					0
Transferência dos resultados do exercício anterior	14	0	-9 852 339	0	-9 852 339
Aplicação de resultados	14	0	0	0	0
Dividendos antecipados	14	0	0	0	0
Erros fundamentais	14	0	307 771	0	307 771
Alterações de políticas contabilísticas	14	0	0	0	0
Efeito de impostos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas	14	0	0	0	0
Outros movimentos	14	0	0	0	0
		16 327 580	-9 544 568	0	6 783 011
Resultado Líquido:					
Resultado Líquido do exercício	DR	-9 852 339	-3 865 845	-9 852 339	-3 865 845
		-9 852 339	-3 865 845	-9 852 339	-3 865 845
TOTAL		41 766 145	-13 410 414	-9 852 339	38 208 070

Luanda, aos 30 de Junho de 2026

Presidente do Conselho de Administração


Carlos Amaral

Administrador


Oscar Rodrigues

Contabilista


Eduardo Seteca
Membro OCPCA Nº 20150086

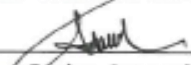
Demonstração dos Fluxos de Caixa

ACREP - Exploração Petrolífera, S A
em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em USD)

Designação	Notas	2025	2024
I-Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos			
Recebimentos de clientes		3 594 736	7 315 073
Outros recebimentos		434 192	661 175
Total dos Recebimentos		4 028 927	7 976 248
Pagamentos			
Pagamentos a fornecedores		1 621 349	3 275 016
Pagamentos ao pessoal		2 391 502	2 003 338
Imposto S/ Rendimento		2 907 727	2 817 969
Encargos Sb Remunerações		0	0
Outros pagamentos		40 416	364 359
Total dos Pagamentos		6 960 994	8 460 682
Caixa gerada pelas actividades operacionais		(2 932 066)	(484 433)
II-Fluxo de caixa das actividades de Investimento			
Recebimentos Provenientes de:			
Imobilizado		13 564 802	7 176 790
Reembolso Empréstimo Concedida á Subsidiarias		1 340 647	0
Juros de Aplicações financeiras		0	0
Dividendos ou Lucros		0	0
Total dos Recebimentos		14 905 449	7 176 790
Pagamentos Respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		0	78 343
Cash Call - CAPEX		7 539 476	565 840
Cash Call - OPEX		4 984 674	4 798 567
Imobilizações incorpóreas		0	291 048
Imobilizações em Curso		0	229 169
Dividendos ou Lucros		0	731 531
Adiantamento Concedida á Subsidiarias (Projectos)		841 031	1 961 947
Total dos Pagamentos		13 365 181	6 694 498
Caixa liquida usada nas actividades de Investimento		1 540 268	482 292
III-Fluxo de caixa das actividades de Financiamento			
Recebimentos			
Empréstimos dos sócios		30 417	2 585 967
Total dos Recebimentos		30 417	2 585 967
Pagamentos Respeitantes a:			
Redução de Empréstimos de Sócios e Accionistas		1 120 000	1 182 164
Juros de Deposito a Prazo		11 520	0
Juros e Custos Similares pagos		0	0
Total dos Pagamentos		1 131 520	5 707 858
Caixa liquida das actividades de Financiamento		(1 101 103)	(3 121 891)
Diminuição Líquida de caixa e seus equivalentes		(2 492 900)	(3 124 032)
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		6 666 806	9 790 838
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	47	4 173 906	6 666 806

Luanda, aos 30 de Junho de 2026

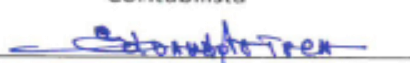
Presidente do Conselho de Administração


Carlos Amaral

Administrador


Oscar Rodrigues

Contabilista


Eduardo Seteca
Membro OCPCA Nº 20150086

Notas às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em USD)

A. NOTAS GERAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A ACREP – Exploração Petrolífera, S.A. (“ACREP” ou “Companhia”) é uma sociedade anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o número 278-04, contribuinte fiscal número 5 401 099 096, com sede no Condomínio Dolce Vita, Edifício N.º10, Bloco 1, 1.º A; B & 6.º B, em Luanda, tendo como objecto social principal é pesquisa e produção petrolífera.

	Activo	Participação	Operador	Fase		
				 Pesquisa	 Desenvolvimento	 Produção
Offshore	Bloco 4/05	18,75%	Sonangol P&P			✓
	Bloco 1/14	10%	Azule Energy	✓		
	Bloco 6/24	15%	Sonangol	✓		
Onshore	Bloco Cabinda Sul	55%	ACREP, SA			✓
	Bloco Cabinda Norte	74,36%	ACREP, SA	✓		
	Bloco KON-19	45%	ACREP, SA	✓		

O **Bloco 4/05** integra a área de desenvolvimento (Gimboa), cujo período de produção licenciado é de 20 anos, contados a partir da data de declaração de descoberta comercial, ocorrida em 30 de maio de 2006. No exercício de 2025, o Bloco registou uma produção total de **373.237 barris** de petróleo bruto (“bbls”), tendo sido efectuados levantamentos no montante de **565.333 bbls**. Deste volume, **106.000 bbls** correspondem à participação da ACREP, S.A., nos termos do respectivo Contrato de Partilha de Produção (“CPP”). No âmbito do plano estratégico de desinvestimento deste activo, e considerando o processo de cessão da participação da ACREP, S.A., o levantamento do petróleo foi assegurado pela Sonangol, a qual suportou cumulativamente os respetivos custos associados.

O **Bloco Onshore Cabinda Norte**, em período de pesquisa, registou no exercício de 2025 um valor de **USD 0,038 milhões** por correções ao billing do Operador cessante. O acumulado do financiamento das despesas de pesquisa atribuíveis ao IP da Sonangol P&P, a 31 de Dezembro de 2025, foi de USD 67 milhões tendo em conta a sua condição de membro carregado (*carry*). Este valor é reembolsável através de óleo atribuível à Sonangol em fase de produção, correspondendo à ACREP um montante USD 12 Milhões.

O **Bloco 1/14** encontra-se em período de pesquisa, e o activo registou no exercício de 2025 o valor de **USD 17,23 milhões**. O acumulado do financiamento das despesas de pesquisa atribuíveis aos 20% de IP carregados da SONANGOL PESQUISA & PRODUÇÃO, na condição de membro carregado (*carry*), foi de USD 11 milhões. Este valor é reembolsável através de óleo atribuível à Sonangol em fase de produção, correspondendo à ACREP um montante de USD 1 milhão.

A ACREP é o Operador no **Bloco Onshore Cabinda Sul**, com 55% do interesse participativo, tendo o activo registado USD 1,09 milhões em 2025. Considerando que foram investidos USD 301,00 milhões em Pesquisa até Janeiro 2004, data da assinatura do PSA, e que até à data não foi recuperado qualquer montante destes encargos, os direitos de financiamento (*carry*) das despesas de pesquisa devidos à ACREP, SA representam um valor relevante e a equacionar, da ordem dos 55% do valor em causa.

Durante o exercício de 2025, foi alcançado um marco significativo no desenvolvimento do Bloco de Pesquisa **KON 19**, com a assinatura do **Contrato de Partilha de Produção (CPP)**. Estes acordos representam um passo estratégico para a empresa, consolidando a nossa posição no bloco e estabelecendo as bases para a exploração e produção de hidrocarbonetos na área.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBILÍSTICAS

2.1 Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios e políticas contabilísticas definidas no Plano Geral de Contabilidade (“PGC”), respeitando as características da relevância e da fiabilidade, tendo por base os pressupostos da continuidade das operações e do acréscimo, bem como os princípios contabilísticos da consistência, da materialidade, da não compensação de saldos e da comparabilidade.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram também consideradas as disposições de registo e divulgação estabelecidas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, sempre que por força das especificidades da actividade da ACREP, estas permitam melhor a representatividade da sua informação financeira, designadamente no que se refere ao IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais.

As demonstrações financeiras e respectivas notas foram preparadas em dólares americanos (“USD”), que é a moeda funcional da Companhia, e estão apresentadas de acordo com a nomenclatura, formato e ordem definidos no PGC, ajustadas com a introdução de um conjunto de rubricas específicas inerentes à actividade da Companhia.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira da ACREP, SA relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2025.

2.1.1 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas, designadamente o balanço e a demonstração de resultados por natureza de **2025** e de **2024** são comparáveis, uma vez que foram preparadas com base nos mesmos princípios e critérios contabilísticos.

2.2 Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de activos e passivos, assim como as quantias reportáveis de proveitos e custos do período de reporte. Todas as estimativas e suposições consideradas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no melhor conhecimento dos eventos e transacções em curso, à data de elaboração das demonstrações financeiras,

A área que requereu um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras relaciona-se com as reservas de petróleo bruto decorrentes da actividade de exploração petrolífera, para efeitos da amortização dos activos fixos tangíveis associados a essa actividade.

2.2.1 Reservas de petróleo bruto

O volume de reservas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos activos afectos à actividade de produção petrolífera de acordo com o Método das Unidades de Produção (“MUP”), o qual se baseia no total das reservas de hidrocarbonetos provadas e desenvolvidas, resultando num custo de amortização proporcional à depleção da produção remanescente das respectivas áreas de desenvolvimento / campo.

2.2.2 Despesas de pesquisa e avaliação

A ACREP utiliza a metodologia dos esforços bem-sucedidos (“*sucessful effort*”) na capitalização dos seus activos de pesquisa e avaliação, isto é, na medida em que seja expectável que os dispêndios incorridos resultem na descoberta de hidrocarbonetos com viabilidade técnica, económica e comercial.

A política de capitalização de custos obriga o Conselho de Administração a efectuar estimativas e a assumir pressupostos sobre eventos e circunstâncias futuras. Se, após a capitalização de despesas, a informação disponibilizada sugerir que a recuperação destes activos é pouco provável, os valores capitalizados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que essa informação é conhecida.

2.3 Classificação da demonstração da posição financeira (balanço)

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.4 Eventos subsequentes

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições existentes nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data são divulgados no Anexo, se forem significativos.

2.5 Políticas Contabilísticas gerais

2.5.1 Bases de valorimetria

A base de valorimetria global adoptada é o custo histórico e as taxas de câmbio utilizadas na valorimetria de activos e passivos, cujo valor está dependente de flutuações cambiais, são as taxas do Banco Nacional de Angola (“BNA”) à data de balanço.

2.5.2 Imobilizações Corpóreas (que não afectas à actividade de produção petrolífera)

Os activos classificados como Imobilizações Corpóreas estão registados ao seu custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição pelo método das quotas constantes, aplicando-se os seguintes períodos de vida útil:

Descrição	Vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 anos
Equipamento de Carga e Transporte	3 anos
Equipamento Administrativo	3 a 10 anos
Outras Imobilizações Corpóreas	5 a 10 anos

2.5.3 Activos associados à actividade de exploração petrolífera

A actividade de exploração petrolífera compreende três fases: Pesquisa, Desenvolvimento e Produção. O que distingue estas três fases é essencialmente o estágio dos trabalhos associados à descoberta ou não de reservas comercialmente viáveis em resultado das actividades de pesquisa realizadas.

Assim sendo, na fase de Pesquisa, a Companhia efectua dispêndios com trabalhos de sísmica e estudos geológicos e geofísicos, perfurações de pesquisa, pelo que, em conformidade com o IFRS 6, o critério contabilístico adoptado para tratamento destes custos foi a capitalização de tais encargos como activos intangíveis.

Nesta fase existem recursos contingentes e prospectivos, sendo que na preparação das demonstrações financeiras a Companhia efectua análises de imparidade, assim como reconhece como custos do exercício, no termo do período da licença de exploração, os encargos associados a poços secos, isto é, sem reservas provadas ou sem utilidade posterior.

Na fase de Desenvolvimento já existem reservas de hidrocarbonetos comercialmente viáveis e decorrem os investimentos em infra-estruturas necessárias à sua extracção.

Por fim, a fase de Produção é aquela em que existem reservas provadas desenvolvidas e ocorre a extracção e a comercialização dos hidrocarbonetos.

Os activos associados à actividade petrolífera são registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas incorridas com pesquisa e o desenvolvimento da área / campo, acrescidas dos custos de estrutura incorridos até à data do início da produção, os quais são contabilizados em imobilizações incorpóreas em curso. Os custos de abandono constituem também activos associados à actividade petrolífera e são registados numa base de acréscimo, a partir de estimativas anualmente revistas. Quando a área de desenvolvimento inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizações incorpóreas em curso para imobilizações corpóreas e são depreciados como explicado adiante.

As operações conjuntas em consórcios de exploração petrolífera são reconhecidas contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, essas operações conjuntas são reconhecidas na contabilidade pela quota-parte detida (interesse participativo) no consórcio petrolífero.

As despesas de pesquisa e desenvolvimento dos campos em produção, registado como imobilizado corpóreo, são depreciadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de depreciação sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas determinadas no final desse período, adicionadas da produção daquele período, isto é, o MUP.

Estas reservas baseiam-se em estimativas sujeitas a revisão futura, decorrente de nova informação que venha a estar disponível. O impacto nas amortizações resultantes de variações estimadas nas reservas provadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos activos desse ponto em diante, em função da produção futura estimada.

Os custos não recuperáveis não são capitalizados, entretanto são reconhecidos como custo do período em que ocorrem. As demonstrações financeiras de 2024 e de 2025 foram preparadas de acordo com os princípios e políticas contabilísticas definidos no PGC e também tendo em consideração as disposições de registo e divulgação estabelecidas nas IFRS, sempre que por força das especificidades da actividade da ACREP, estas permitam melhor a representatividade da sua informação financeira, nomeadamente no que se refere ao IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais.

2.5.4 Imobilizações Incorpóreas

Os activos classificados como Imobilizações Incorpóreas encontram-se registadas ao custo, sendo amortizados pelo método das quotas constantes, aplicando-se os seguintes períodos de vida útil aos não afectos à actividade de produção petrolífera:

Descrição	Vida útil
Propriedade industrial e outros direitos e contractos	3 anos
Despesas de Constituição	3 anos

2.5.5 Imparidades de imobilizados corpóreos e incorpóreos (actividade de produção petrolífera)

As perdas por imparidade dos activos na actividade de exploração petrolífera são determinadas quando:

- não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- o período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efectuado.

2.5.6 Investimentos em subsidiárias e associadas

Os valores de Investimentos em subsidiárias e associadas estão registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de eventuais perdas por imparidade.

2.5.7 Existências

O valor de Existências corresponde ao petróleo bruto produzido que se encontra armazenado em 31 de Dezembro de 2025. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, reportado pelo Operador de cada Bloco.

2.5.8 Provisões

As Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal, contractual ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado e o seu valor é revisto e ajustado na data das demonstrações financeiras de modo a reflectir a melhor estimativa nessa data.

2.5.9 Acréscimo e especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido à data de balanço são estimados.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.5.10 Imposto sobre o Rendimento

A ACREP está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento do Petróleo ("IRP"), que se encontra regulado pela Lei 13/04, de 24 de Dezembro (Lei sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas) e Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/12, de 16 de Março.

O IRP incide sobre o rendimento tributável apurado nos termos da Lei 13/04 e a taxa aplicável é de 35% sobre o Petróleo-Lucro da Companhia, o qual é o resultado da diferença entre o petróleo arrecadado e vendido, acrescido de eventuais rendimentos acessórios das actividades petrolíferas e deduzido do petróleo para recuperação de custos (Petróleo-Custo), que inclui os custos e os encargos considerados recuperáveis.

Sempre que se realiza uma venda de petróleo, há lugar ao pagamento de IRP, registando-se o montante efectivamente pago na rubrica de imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados.

2.5.11 Empréstimos Obtidos / Suprimentos

Os empréstimos de suprimentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos

resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.5.12 Disponibilidades

Os montantes incluídos na rubrica Disponibilidades correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis. Os saldos em bancos em moeda diferente de USD foram valorizados à taxa de câmbio oficial do BNA à data de balanço.

2.5.13 Contas a Receber e a Pagar

Os valores das Contas a Receber e a Pagar foram registados ao seu custo histórico ou pelo seu valor de realização, dos dois o mais baixo. Os saldos titulados em moeda diferente de USD foram valorizados à taxa de câmbio oficial do BNA à data de balanço.

2.5.14 Outros Activos e Passivos-correntes

Os Outros Activos e Passivos-correntes são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

2.5.15 Vendas e Prestação de serviços

O proveito da venda de petróleo bruto é reconhecido quando os riscos significativos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos, o que ocorre quando o produto é fisicamente transferido para o navio ou outro mecanismo de entrega.

O proveito associado à produção de petróleo é reconhecido com base na quota-parte do interesse participativo da ACREP no Bloco, conforme definido nos respectivos CPP.

2.5.16 Resultados Financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros incorridos com empréstimos obtidos, os juros decorrentes de aplicações efectuadas, bem como os ganhos e perdas por diferenças de câmbio.

3. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

B. NOTAS AO BALANÇO

4. IMOBILIZADO CORPOREO

A 31 de Dezembro de 2025 a decomposição por natureza do imobilizado corpóreo é a seguinte (em USD):

Rubrica	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios e outras construções	78 630	(57 076)	21 554
Equipamento de transporte	276 581	(271 828)	4 753
Equipamento administrativo	496 760	(420 337)	76 423
Outras imobilizações corpóreas	63 039	(61 317)	1 722
Actividade de produção petrolífera BLK 4/05	186 733 144	(186 733 144)	0
Actividade de produção petrolífera BLK CSO	11 105 174	(3 824 050)	7 281 124
Total	198 753 330	(191 367 752)	7 385 578

Os movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto, foram os seguintes:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Saldo Final
Edifícios e outras construções	78 630	0	0	78 630
Equipamento de transporte	276 581	0	0	276 581
Equipamento administrativo	487 870	8 889	0	496 760
Outras imobilizações corpóreas	63 039	0	0	63 039
<u>Blocos em produção</u>				
Bloco 4/05 (área de desenvolvimento Gimboa)	185 882 631	850 514	0	186 733 144
Actividade de produção petrolífera BLK CSO	9 396 983	1 708 191	0	11 105 174
Total	196 185 735	2 567 594	0	198 753 330

O imobilizado corpóreo relacionado com a actividade de produção petrolífera está registado ao custo de aquisição e corresponde a dispêndios incorridos com pesquisa, avaliação e desenvolvimento, acrescidos dos custos de estrutura incorridos até à data do início da produção, sem que tenham sido objecto de capitalização de juros.

Não existem ónus ou encargos sobre o imobilizado corpóreo, mas os activos de exploração petrolífera são reversíveis no termo da concessão, que no caso do Bloco 4/05 é em 2026.

A ACREP, S.A é operadora, com a aquisição do interesse de participação de 55% no Bloco Cabinda Sul.

Os movimentos ocorridos nas amortizações acumuladas durante o exercício foram os seguintes:

Rubrica	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Saldo Final
Edifícios e outras construções	(42 044)	(15 033)	0	(57 076)
Equipamento de transporte	(251 122)	(20 707)	0	(271 828)
Equipamento administrativo	(389 262)	(31 075)	0	(420 337)
Outras imobilizações corpóreas	(59 783)	(1 534)	0	(61 317)
<u>Blocos em produção</u>				
Bloco 4/05 (área de desenvolvimento Gimboa)	(185 882 631)	(850 514)	0	(186 733 144)
Actividade de produção petrolífera BLK CSO	(2 430 386)	(1 393 664)	0	(3 824 050)
Total	(189 055 227)	(2 312 526)	0	(191 367 752)

As despesas de pesquisa, abandono e desenvolvimento da área Gimboa do Bloco 4/05 e Cabinda Sul foram amortizados pelo coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização face ao volume de reservas provadas e desenvolvidas no final desse período, adicionadas da produção daquele período (Método das Unidades de Produção). O bloco primariamente citado encontra-se integralmente amortizado, tendo o respectivo valor contabilístico líquido reduzido a zero, em conformidade com a política de amortização aplicável.

As reservas provadas e desenvolvidas utilizadas pela ACREP S.A no apuramento da taxa de amortização de 2024, acima descrita, foram as consolidadas com base no relatório de certificação de reservas da ACREP da 31 de Dezembro de 2025.

Relativamente aos bens do imobilizado corpóreo afectos ao Bloco 4/05 foram amortizados na sua totalidade, considerando: (i) a decisão de suspensão das actividades do bloco 4/05 no campo Gimboa, orientada pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANPG) e (ii) a decisão do Conselho de Administração, de alinação do interesse participativo da quota parte da ACREP, com referência à data de corte de 31 de dezembro de 2024, permanece pendente a emissão da DP relativa ao processo de farm-out do activo.

Em Relação ao Bloco Cabinda Sul as amortizações foram registadas, seguindo as políticas já definidas.

5. IMOBILIZADO INCORPÓREO

A 31 de Dezembro de 2025 a decomposição por natureza do imobilizado incorpóreo é a seguinte (em USD):

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Propriedade industrial e outros direitos e contratos	199 200	(199 200)	0,00
Marcas e Patentes	25	(25)	0,00
Despesas de constituição	131 527	(131 527)	0,00
Outras imobilizações incorpóreas	2 214	(2 214)	0,00
Imob. em curso - activos de pesquisa e avaliação	63 627 090	0	63 627 090
Total	63 960 055	(332 966)	63 627 090

Os movimentos ocorridos durante o exercício no valor bruto foram os seguintes:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Propriedade industrial e outros direitos e contratos	199 200	0	0	199 200
Marcas e Patentes	25	0	0	25
Despesas de constituição	131 527	0	0	131 527
Outras imobilizações incorpóreas	2 214	0	0	2 214
Imob. em curso - activos de pesquisa e avaliação	46 887 148	16 965 487	(225 546)	63 627 090
Total	47 220 114	16 965 487	(225 546)	63 960 055

O valor de Imobilizações em curso - activos de pesquisa e avaliação respeita a investimentos em blocos com viabilidade técnica, económica e comercial provável, designadamente:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Bloco Onshore Cabinda Norte	39 724 584	0	(225 546)	39 499 039
Bloco 1/14	5 874 131	16 841 447	0	22 715 578
Sismica - Bloco 1/14	383 475	0	0	383 475
Sismica - Bloco KON-19	292 228	124 040	0	416 268
Aquisição IP Bloco Cadinda Norte	86 326	0	0	86 326
Outros	526 404	0	0	526 404
Total	46 887 148	16 965 487	(225 546)	63 627 090

O valor referente ao Bloco Cabinda Norte inclui USD 7.466.518 respeitante ao financiamento das despesas inerentes ao interesse participativo da afiliada da Concessionária Nacional (Sonangol Pesquisa e Produção, S.A.) no Bloco (20%), comumente designado por financiamento *carry*, o qual será reembolsável através da partilha de óleo disponível para recuperar custos, atribuível a esta subsidiária da Concessionária.

Ainda no decurso do exercício de 2025, foi realizada a perfuração do poço Gajajeira, no Bloco 1/14, operado pela Azule Energy, a qual resultou numa descoberta com potencial comercial, contribuindo para o incremento das reservas classificadas como P2.

Os movimentos ocorridos durante o exercício nas amortizações acumuladas foram os seguintes:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Propriedade industrial e outros direitos e contratos	199 200	0	0	199 200
Despesas de constituição	131 527	0	0	131 527
Outras imobilizações incorpóreas	2 239	0		2 239
Total	332 966	0	0	332 966

6. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de perdas por imparidade. Estes investimentos correspondem essencialmente a participações em empresas do sector petrolífero, com actividade em Angola e Namíbia, bem como à aquisição de participações sociais na ENSA, S.A. Importa referir que o investimento anteriormente detido em Moçambique foi objecto de desinvestimento e não reconhecimento, em resultado da constituição das respectivas imparidades. A sua representação é a seguinte (em USD):

Rubricas	Nível de participação	Direitos de voto	Valor bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido
Subsidiárias - Partes de capital					
Acrep Moçambique, Lda.	95,00%	95,00%	0	0	0
Acrep Energy (Namibia) PTY Limited	100,00%	100,00%	1 800	(1 800)	0
Bucomazi	99,00%	99,00%	493	0	493
Dinge Sondagem	99,00%	99,00%	493	0	493
Acrep Cabinda (Capital Social)	99,00%	99,00%	4 322	0	4 322
Yema Energia	99,00%	99,00%	493	0	493
Acrep Cabinda - Projecto Bakama	99,00%	99,00%	745 426	0	745 426
			753 027	-1 800	751 227
Associadas - Partes de Capital					
Somipa - Soc. Mineira de Angola, S.A.	15,00%	15,00%	0	0	0
Ensa Seguros	1,00%	1,00%	229 169	0	229 169
Total			982 196	-1 800	980 396

8. EXISTÊNCIAS

O valor de Existências (USD 3.278.028) corresponde à produção não vendida de petróleo bruto atribuível à ACREP S.A à data de 31 de Dezembro de 2024 nos Blocos 4/05 e Bloco Cabinda Sul correspondentes a **60.448 BBL's**, valorizados ao preço médio de **52,74/BBL** de acordo com os Relatórios Mensais de Produção apresentados pelos respectivos operadores e conforme apresentado a seguir:

Descrição	BLK CSO	BLK 4/05	Total
Stock Final BBL's	16 035	46 121	62 156
Custo médio de Produção (USD)	46,01	55,08	52,74
Total do Stock (USD)	737 796	2 540 232	3 278 028
Stock Inicial	744 472	2 540 232	3 284 704
Variação se Stock	-6 676	0	-6 676

9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber, não correntes e correntes, em balanço tem o seguinte detalhe (em USD):

Rubricas	Corrente	Não corrente		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível há mais de 5 anos	
Cientes – correntes	1 027 808	5 371 221	0	5 371 221
Fornecedores - saldos devedores	218 629	0	0	0
Estado	300 078	0	0	0
Participantes e participadas	0	13 017 315	0	13 017 315
Outros devedores	3 221 307	0	0	0
Provisões para cobranças duvidosas	(425 544)	0	0	0
Total	4 342 277	18 388 536	0	18 388 536

A rubrica de clientes é composta pelos seguintes saldos:

Rubricas	2025	2024
Soc.Nac.de Combust de Angola - Sonangol EP - CP	0	10 721 106
ENI Trade & Biofuels SPA	1 027 808	0
SOMOIL - Soc. Petrolífera Angolana, S.A - MLP	5 371 221	5 371 221
Total	6 399 029	16 092 327

A decomposição do valor da rubrica Estado, em 2025 e 2024 é a seguinte:

Rubricas	2025	2024
Imposto de rendimento de trabalho	72 544	40 549
Imposto Sobre Valor Acrescentado	124 040	16 894
Segurança Social	63 880	8 363
Outros impostos	39 614	39 614
Total	300 078	105 420

A rubrica de Outros Devedores inclui os seguintes saldos:

Rubricas	2025	2024
Outros Devedores		
Eni Angola Exploration - Op	1 586 074	3 283 272
Cabinda Sul (Contas a Receber)	0	21 115
Etu Energia (Acrep - Bloco 17, S.A.)	161 698	161 698
Projecto de Exploração - Working Capital	889 384	0
Outras entidades	584 151	103 736
Total	3 221 307	3 569 821

Decomposição Outros Devedores	2025	2024
<u>Projecto de Exploração - Working Capital</u>		
Bloco 4/05	889 384	0
Total	889 384	0

Decomposição de Outras Entidades	2025	2024	VAR
Novos Accionistas	495	0	495
Prodoil (Bloco 2/05)	0	3 703	(3 703)
Poliedro, Lda (Bloco 2/05)	0	8 088	(8 088)
YEMA ENERGIA - Prest. De Serviços	77	77	0
BUCOMAZI - Prest. De Serviços LDA	137 143	77	137 066
Bloco Cabinda Norte	77 175	0	77 175
Outros Credores (Trab.Indep.)	50 836	50 836	0
Empresas Associadas	40 955	40 955	0
Conta Corrente ACREP CSO	277 470	0	277 470
Total	584 151	103 736	480 415

A rubrica de Outros Devedores conta não corrente inclui os seguintes saldos:

Rubricas	2025	2024	VAR
Participantes e Participadas- Conta Não Corrente			
Somipa - Sociedade Mineira de Angola, SA	0	445 330	(445 330)
Carlos José Martins Amaral	3 644 104	3 641 816	2 288
MLS,SA	457 784	457 784	0
Cabinda Sul (Contas a Receber)	1 143 583	295 275	848 308
Cedência Blk 2/05-Etu Energias, S.A	0	7 840 040	(7 840 040)
Cedência Blk 2/05-Falcon Oil	0	1 342 500	(1 342 500)
Empréstimo Dingo Sondagem	7 074 621	6 669 228	405 393
Etu Enérgias (Ex-Somolil)	697 223	5 079 622	(4 382 399)
Total	13 017 315	25 771 595	(12 754 280)

Os valores da Somipa – Sociedade Mineira Privada de Angola, SA (**USD 445.330**) correspondem ao investimento efectuado pela ACREP no sector mineiro, tendo em vista o seu plano estratégico de diversificar o sector de actividade. Conselho de Administração deliberou o desinvestimento neste sector, tendo sido, à data, reconhecida a respectiva imparidade. No exercício de 2025, procedeu-se à regularização contabilística desta participação, em linha com a decisão de desinvestimento anteriormente tomada, não tendo a mesma originado impactos adicionais nos resultados do período, por já se encontrar integralmente refletida em exercícios anteriores.

Os valores dos accionistas Carlos Amaral e MLS, SA (**USD 3.644.104 e 457.784**) correspondem à dívida de suprimentos no âmbito da alienação do interesse participativo da Acrep Bloco 17, SA. A ser reembolsado por contrapartida de dividendos a distribuir.

O valor da rubrica Etu Enérgias (Ex-Somolil) – Sociedade Petrolífera Angolana, S.A (**USD 697.223**) corresponde à alienação do interesse participativo da Acrep Bloco 17, SA, que foi adquirida pela Etu-Energia (ex-Somolil, SA).

Os valores da rubrica empréstimo Dingo (**USD 7.074.621**) correspondem à transformação das aquisições em suprimento no âmbito dos investimentos efectuados pela Acrep no sector de prestação de serviço.

A provisão para cobranças duvidosas encontra-se afecta aos seguintes saldos:

Rubricas	2025	2024	VAR
Somipa – Sociedade Mineira de Angola, S.A.	0	(490 035)	490 035
Provisões para cobranças duvidosas	(425 544)	(380 839)	(44 705)
Total	(425 544)	(870 874)	445 329

10. DISPONIBILIDADES

Rubricas	2025	2024
Saldos em bancos	4 158 355	6 155 227
Caixa	15 551	11 580
Conta em transito	0	500 000
Total	4 173 906	6 666 806

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES (DIFERIMENTOS)

Rubricas	2025	2024
Proveito a facturar		
Juros BPC - DP	0	958
Juros de Suprimento - Dingo	378 282	166 731
Encargos a repartir por exercícios futuros		
Seguro de Saúde	62 643	0
Arrendamento	493	0
Seguros de trabalho	53 177	0
Comunicações	8 788	149
Reighshore	12 391	18 690
Custos c/ pessoal	307	307
Rockware	226	610
Primavera	8 188	4 306
Automovel	457	457
Especialização de Custos	16 829	14 987
Licença Veeam	1 154	1 214
Total	542 934	208 409

12. CAPITAL

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	9 017 950	0	0	9 017 950
Acções próprias	0	0	0	0
Total	9 017 950	0	0	9 017 950

O Capital Social da ACREP de **AOA 5.861.667.500**, representado por **1.803.590 acções** no valor nominal de **AOA 3.250** cada uma, equivalente a **USD 9.017.950** ao preço unitário de **USD 5,00**. Os seus principais titulares e respectivas participações, são os seguintes:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
MLS - Mon Larama Services, S.A.	4 500 000	0	0	4 500 000
Carlos José Amaral	2 267 950	0	0	2 267 950
BPC	1 148 300	0	0	1 148 300
Fénix	750 000	0	0	750 000
Outros (novos accionistas)	351 700	0	0	351 700
Total	9 017 950	0	0	9 017 950

O processo de preparação para captação de recursos financeiros através da dispersão em Bolsa, de parte do capital social da empresa, foi realizado a 19 de março de 2024, onde foram colocadas 900.890 acções ordinárias, composta por 300.000 (OPV) e 600.890 (OPS), detidas pelo BPC e ACREP S.A respectivamente. Neste processo foram alienadas 72.121 correspondentes à 3,9% do total de acções.

13. RESERVAS

Os movimentos ocorridos a 31 de Dezembro de 2025 na rubrica de Reservas foram os seguintes (em USD):

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reserva legal	3 000 000	0	0	3 000 000
Reservas com fins especiais	1 500 000	0	0	1 500 000
Reservas livres	21 772 954	0	0	21 772 954
Total	26 272 954	0	0	26 272 954

14. RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos a 31 de Dezembro de 2025, na rubrica de resultados transitados, foram os seguintes (em USD):

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Saldo inicial (31/12/2024):	16 327 580			16 327 580
Movimentos no período:				
Transf. dos resultados do exercício anterior	0	(9 852 339)	0	(9 852 339)
Aplicação de resultados	0	0	0	0
Dividendo	0	0	0	0
Alterações de políticas contabilistas	0	0	307 771	307 771
Total	16 327 580	(9 852 339)	307 771	6 783 011

O resultado líquido negativo do exercício de 2024, no montante de USD 9.852.339, foi transferido para resultados transitados, conforme proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral realizada em 26 de Março de 2025 (acta n.º 1/2025-AG).

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Provisões para outros riscos e encargos	705 549	160 250	0	865 799
	705 549	160 250	0	865 799

A provisão se destina a fazer face a impostos adicionais, multas e juros de mora a pagar na sequência da inspecção realizada pelos serviços da AGT em referência aos exercícios de 2018 e 2019. Inclui ainda o reforço da provisão para abandono do Bloco CSO.

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A PAGAR

A rubrica de Outras Contas a Pagar, apresenta o seguinte detalhe em 2025 (em USD):

Rubricas	Corrente	Não corrente		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	
Fornecedores - correntes	312 491	0	0	0
Estado	9 792 954	0	0	0
Participantes e participadas	0	18 500 674	0	18 500 674
Outros credores	33 411 722	0	0	0
Total	43 517 167	18 500 674	0	18 500 674

O valor da rubrica de Fornecedores é composto pelos seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
ACE - Auditangol Consulting Enterprise, Lda	2 335	2 335
SONANGOL EP	8 284	8 284
Outros	301 871	268 812
Total	312 491	279 431

O valor apresentado na rubrica Estado tem a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Impostos sobre os lucros	9 652 758	9 605 835
IRT	0	2 858
Imposto S/ Rendimento (IAC)	728	314 103
Imposto Sobre Valor Acrescentado	109 091	0
Imposto retido a fornecedores	28 747	94 684
Segurança Social	0	10 716
Retenção Imposto Capitais	1 630	0
Imposto Predial Urbano	0	4 419
Total	9 792 954	10 032 615

O saldo da rubrica Participantes e Participadas (**USD 18.500.674**) corresponde a **suprimentos** realizados pelos accionistas e apresenta a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Suprimentos de Médio e Longo prazo		
Bloco 04/05		
BPC - Banco Poupança e Crédito, S.A.	12 873 427	13 873 427
Fenix - Soc. Gestora de Fundos de Pensões	5 566 788	5 566 788
Subtotal	18 440 214	19 440 214
Outros Suprimentos		
Carlos Jose Martins do Amaral	60 460	205 460
Subtotal	60 460	205 460
Total dos Financiamentos de Médio e Longo Prazo	18 500 674	19 645 674
Total dos Financiamentos	18 500 674	19 645 674

Destes suprimentos, o acordo estabelecido com os accionistas (Fénix, BPC e CA) prevê que serão reembolsados conforme o plano de amortização anexo no acordo, e apenas estão previstos juros com o acordo com a Fénix.

A rubrica de Outros Credores (**USD 33.411.722**) inclui os seguintes valores:

Rubricas	2025	2024
Sonangol P&P - Bloco 04/05 - Op	18 930 364	24 242 092
Projecto de Exploração - Working Capital	8 750 884	9 937 674
Sonangol P&P - Bloco Onshore Cabinda Norte	877 285	877 285
ENI OPE Bloco 1/14	4 835 314	550 289
Carlos Amaral	12 953	12 953
Outros	4 923	13 923
Total	33 411 722	35 634 215

Os valores das rubricas Sonangol P&P – Bloco 4/05 (**USD 18.930.364**) e Sonangol P&P - Bloco Cabinda Norte (**USD 877.285**), correspondem ao saldo líquido entre os adiantamentos de fundos entregues a esse Operador e os débitos deste (*billing*) relativo aos dispêndios incorridos por conta da Companhia na proporção do respectivo interesse participativo.

O valor da rubrica Projecto Exploração – Working Capital (**USD 8.750.884**) corresponde ao interesse participativo da Companhia no capital circulante dos blocos em que é membro do consórcio, sendo **USD 2.042.301** relativo ao Bloco Cabinda Norte, **USD 5.956.125** relativo ao bloco 1/14 e **USD 752.458** do Bloco CSO.

Decomposição Outros Credores	2025	2024
<u>Projecto de Exploração - Working Capital</u>		
Bloco 4/05	0	3 245 796
Cab Norte	2 042 301	5 061 583
Bloco1/14	5 956 125	399 184
Cab Sul	752 458	1 231 111
Total	8 750 884	9 937 674

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES:

Rubricas	2025	2024
<u>Encargos a pagar</u>		
Juros	1 265 914	1 094 210
Remunerações	178 770	216 468
Encargos c/ serviços externos	57 164	25 837
Outros	125 187	88 971
Total	1 627 035	1 425 486

O saldo da rubrica Juros corresponde aos encargos financeiros vencidos relativos aos suprimentos (ver Nota 19):

Financiamentos	2025	2024
Juro Financiamento Fenix \$8.174.K	1 229 937	1 058 233
Outros Juros	35 977	35 977
Total	1 265 914	1 094 210

O acordo de Suprimento estabelecido com os accionistas Fénix, prevê que serão reembolsados conforme o plano de amortização anexo no acordo, estão previstos juros no acordo com a Fénix.

C. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

22. VENDAS

O valor de Vendas do ano (**USD 3.026.325**) respeita integralmente a exportações de petróleo bruto ocorridas a 31 de Dezembro de 2025 e 2024 conforme se discrimina:

Carregamentos (BBL's)	2025	2024
Bloco 4/05	0	148 500
Bloco Cabinda Sul	44 000	52 000
Total	44 000	200 500
Preço médio de Referência	68,780	75,123
Total das Vendas	3 026 325	15 062 168

Valor dos Carregamentos por Bloco	2025	2024
Bloco 4/05	0	10 721 106
Bloco CSO	3 026 325	4 341 062
Total	3 026 325	15 062 168

Rubricas	Blk CSO mar/25	Blk CSO jul/25	Blk CSO dez/25	Total
Petróleo bruto carregado (Bbls)	11 000	17 000	16 000	44 000
Preço de referência fiscal (USD)	73,40	70,07	64,24	68,780
Total de Vendas (Usd)	807 378	1 191 139	1 027 808	3 026 325

24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Rubricas	2025	2024
Outros proveitos e ganhos operacionais	35 094	142 054
Total	35 094	142 054

25. VARIAÇÃO NOS PRODUTOS ACABADOS E EM VIAS DE FÁBRICO

A Variação nos produtos acabados e em vias de fabrico a 31 de Dezembro de 2025 é a seguinte (em USD):

Rubricas	Existências iniciais	Ofertas, perdas ou ganhos	Existências finais	Variações no ano
Produtos e trabalhos em curso	3 284 700	(307 771)	3 278 028	(314 443)
Total	3 284 700	(307 771)	3 278 028	(314 443)

28. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com pessoal apresentam a seguinte composição (em USD):

Rubricas	2025	2024
Remunerações dos corpos sociais	1 082 264	1 734 290
Remunerações do pessoal	1 168 328	998 459
Encargos sobre remunerações	120 566	75 086
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	88 570	54 869
Formação	625	10 808
Outras despesas com pessoal	3 574	20 167
Total	2 463 927	2 893 679
<i>Número de funcionários</i>	<i>51</i>	<i>64</i>

29. AMORTIZAÇÕES

O valor de Amortizações do exercício (**USD 1.462.012**), que no caso particular dos activos afectos à produção petrolífera foram calculadas pelo método das unidades de produção (ver Nota 4), tem a seguinte de composição (em USD):

Rubricas	2025	2024
Imobilizações corpóreas	1 462 012	2 760 759
Total	1 462 012	2 760 759

Rubricas	2025	2024
<u>Outras Amortizações</u>	66 814	77 664
<u>Amortização - Blocos:</u>		
Bloco 4/05	0	1 086 317
Bloco CSO	1 395 198	1 596 778
Total dos Blocos	1 395 198	2 683 095
Total	1 462 012	2 760 759

30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Os Outros Custos e Perdas Operacionais apresentam a seguinte composição (em USD):

Rubricas	2025	2024
<u>Subcontratos</u>	2 755 996	17 275 843
<u>Fornecimentos e serviços de terceiros</u>		
Trabalhos executados no exterior	831 602	1 317 357
Contencioso e Notariado	284	674
Honorários e avenças	99 613	241 840
Rendas e alugueres	87 153	114 734
Publicidade e propaganda	35 610	148 360
Comunicação	4 510	3 859
Material escritório	11 517	12 505
Deslocações e estadas	2 264	49 565
Despesas de representação	58 058	117 898
Outros fornecimentos	20 027	28 606
Conservação e reparação	2 840	5 469
Combustíveis	7 102	7 536
Seguros	64 464	129 771
Ferramenta de utensilios desgaste rapido	0	7 880
Outros Custos	30 343	129 505
<u>Impostos</u>		
Impostos indirectos	940	25 150
Impostos Directos	1 152	0
Total	4 013 477	19 616 550

O valor de Subcontratos, no montante de **USD 2.755.996**, respeita às despesas de operação do Bloco Cabinda Sul debitadas pelos operadores nos *billings* mensais, e à imputação dos custos de Administração e Serviços, de acordo com o SIOP – Sistema de Informação para o Controlo das Operações Petrolíferas.

31. RESULTADOS FINANCEIROS

A composição dos resultados financeiros é a seguinte (em USD):

Rubricas	2025	2024
<u>Proveitos e ganhos financeiros</u>		
Juros	440 677	167 689
Realizadas	1 727	1 760
Não realizadas	225 088	292 827
Acções quotas em outras empresas	30 417	0
Investimento Financeiros - subsidiarias	145 000	0
Diferença Cambial	0	17
Subtotal	842 975	462 292
<u>Custos e perdas financeiros</u>		
Juros	186 404	196 147
Realizadas	13 162	53 237
Não Realizadas	909	27 339
Diferença Cambial	140 129	194 639
Serviços Bancários	12 281	24 645
Serviços Bancários	871	6
Subtotal	353 755	496 013
Total	489 220	(33 720)

33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

O detalhe de Resultados não Operacionais é o seguinte (em USD):

Rubricas	2025	2024
<u>Proveitos e ganhos não operacionais</u>		
Outros Riscos e Encargos	0	200 851
Correcções relativas a exercícios anteriores	2 057 916	870 092
Outros proveitos e ganhos não operacionais	0	4 304 980
Subtotal	2 057 916	5 375 923
<u>Custos e perdas não operacionais</u>		
Multas e penalidades contratuais	145 266	7 734
Correcções relativas a exercícios anteriores	715 451	1 074 831
Donativos	61 417	197 170
Participantes e participadas	0	4 304 980
Provisão de Abandono	140 250	0
Provisão referente a formação	20 000	0
Subtotal	1 082 385	5 584 716
Total	975 531	(208 793)

35. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DE PETRÓLEO

A ACREP S.A está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Petróleo (“IRP”), nos termos da Lei sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas (Lei 13/04, de 24 de Dezembro) e do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/12, de 16 de Março. O IRP incide sobre a quota-parte do Petróleo-Lucro de cada associada que integra o Grupo Empreiteiro e é calculado à taxa de nominal de 35%.

Deste modo a rubrica Imposto sobre o rendimento de petróleo inclui o imposto corrente e o imposto diferido resultante de diferenças temporais entre os critérios contabilísticos seguidos pela ACREP, S.A na preparação das suas contas e os critérios fiscais vigentes no momento. A sua decomposição é a seguinte (em USD):

Rubricas	2025	2024
Imposto sobre o rendimento - imposto corrente	(138 156)	(687 471)
Imposto sobre o rendimento - imposto diferido	0	0
Imposto sobre o rendimento	(138 156)	(687 471)

Rubricas	2025	2024
Taxa de Imposto sobre o Rendimento de Petroleo	35%	35%
Taxa de Imposto sobre o Rendimento de Petroleo	138 156	687 471
Imposto sobre o rendimento	138 156	687 471

O imposto apurado no período resulta dos seguintes cálculos e movimentos de petróleo:

Rubricas	Blk CSO	Blk CSO	Blk CSO	Total
	mar/25	jul/25	dez/25	
Petróleo bruto carregado (Bbls)	11 000	17 000	16 000	44 000
Petróleo para recuperação de custos (Bbls)	(9 565)	(14 783)	(13 913)	(38 261)
Petróleo lucro (Bbls)	1 435	2 217	2 087	5 739
Preço de referência fiscal (USD)	73,398	70,067	64,238	68,780
Petróleo Lucro (USD)	105 326	155 339	134 065	394 729
Taxa de Imposto sobre o Rendimento de Petróleo	35%	35%	35%	35%
Valor entregue (USD)	36 864,1	54 368,5	46 922,6	138 156

O imposto associado aos blocos diz respeito ao imposto sobre o rendimento do petróleo suportado pela ACREP, SA no montante de USD 138.156 nas actividades de produção e exploração de petróleo bruto.

D. OUTRAS NOTAS RELACIONADAS COM A POSIÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

36. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS E NÃO REFLECTIDAS NO BALANÇO

Nos termos dos Contratos de Partilha de Produção e de Serviços de Risco, subscritos pela ACREP existem obrigações mínimas de trabalhos de Pesquisa, designadamente no Bloco Cabinda Norte e Bloco 1/14.

O Grupo Empreiteiro, nos finais de 2020 solicitou à Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível uma nova extensão da exploração para o período de Abril 2021 a Abril de 2024, em que propôs substituir a não execução dos 3 poços de pesquisa do programa de trabalhos, pela aplicação dos custos associados referida penalização, a um total de 6 Milhões de Dólares, nos encargos com os testes de avaliação dos poços existentes e completados, das descobertas do Dinge e Nzila.

Relativamente ao **Bloco KON-19**, faz parte do portfolio da ACREP, como bloco em exploração desde Dezembro de 2023. A ACREP é operadora deste bloco com uma participação de 45%, resultado da licitação de blocos Onshore, realizada pela à ANPG no final de 2023. Em 2024, assinou-se o contracto de partilha produção, assinou-se o Acordo de operação conjunta (JOA), e submeteu-se o programa inicial de pesquisa que inclui 200 Km de sísmica 2D obrigatórios e um poço de pesquisa opcional, em caso de resultados animadores na avaliação dos dados obtidos. A fase inicial de pesquisa está dividida em dois períodos, sendo o primeiro de 4 anos, para realização da aquisição e interpretação sísmica e o segundo período de mais 1 ano, opcional, para conclusão dos trabalhos e perfuração do poço de pesquisa, se for o caso.

Quanto ao **Bloco 6/24**, este faz parte dos activos da ACREP desde Agosto de 2024, com uma participação 15%, adjudicado pela (ANPG). Inicialmente denominado como 6/15, incluía apenas a descoberta Cegonha mas foi reestruturado e passou a incluir toda a área do bloco 6. O contracto de Serviço e Risco foi inicializado em Dezembro de 2024, com perspectiva e ser finalizado e oficialmente assinado no segundo semestre de 2026. Em relação as obrigações da fase inicial de pesquisa, entre o 1º e o 3º Ano de contracto o GE compromete-se a realizar estudos de G&G e reprocessamento de outros dados sísmicos, sendo que, no final do 3º ano de contracto, em função dos resultados dos estudos de G&G, o GE poderá optar por entrar para o 4º ano de contracto, com a obrigatoriedade de perfurar 1 Poço de Pesquisa e/ou poço de avaliação.

O Grupo empreiteiro (GE), já submeteu a proposta de programa mínimo de trabalho (PMT) e está a trabalhar para conclusão do Acordo de Operação Conjunta (JOA) que se prevê terminar no primeiro trimestre de 2025, cumprindo assim mais uma etapa importante para o início das actividades de pesquisa no Bloco.

Nos termos dos Contratos de Partilha de Produção e de Serviços de Risco, subscritos pela ACREP existem obrigações mínimas de trabalhos de Pesquisa.

37. CONTINGÊNCIAS

O desenvolvimento de actividades de exploração petrolífera, está intrinsecamente associado a incertezas relevantes, nomeadamente durante o período de Pesquisa e Avaliação, quanto à viabilidade técnico-económica das descobertas petrolíferas ocorridas, e até quanto à homologação das respectivas declarações de descoberta comercial, nos termos dos respectivos Contratos de Partilha de Produção.

38. ACONTECIMENTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DE BALANÇO.

Não se verificaram.

40. TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

As transacções incorridas até 31 de Dezembro 2025 com partes relacionadas foram, genericamente, as seguintes (valores em USD):

Entidades	Saldo Inicial 31/12/2024	Reembolsos	Ajustamentos	Outros Movimentos a débito	Outros Movimentos a crédito	Saldo 31/12/2025
<u>Saldos de Suprimentos</u>						
Carlos Jose Martins do Amaral	(205 190)		(270)	145 000		(60 460)
Banco Poupança e Crédito	(13 873 427)			1 000 000		(12 873 427)
Fénix - Gestão de Fundos de Pensões	(5 566 789)					(5 566 789)
Dinge Sondagem	6 669 228			405 393		7 074 621
<u>C/ Subscrição</u>						
Bucumazi	(300)					(300)
Dingue						-
Yema	77					77
ACREP Cabinda	(4 322)					(4 322)
Bucumazi	77					77
Yema	(300)					(300)
<u>Juros</u>						
Fénix - Gestão de Fundos de Pensões	(1 058 233)				(171 705)	(1 229 937)
<u>Outros Devedores / Credores</u>						
Carlos Amaral	3 641 816			2 288		3 644 104
Mon Larama ef All Serviços, S.A	457 784					457 784
Carlos Amaral	(12 953)					(12 953)
Total	(9 948 209)		(270)	1 552 681	(171 705)	(8 567 503)

42. OUTRAS INFORMAÇÕES

As reservas dos Blocos em que a ACREP S.A detém participação, são calculadas com base no estudo independente preparado pela GCC e Threenergy, com data de corte a 30 de Dezembro de 2025, conforme o quadro abaixo:

BLOCOS	RESERVAS P1	RESERVAS P2	RESERVAS P3	RECURSOS	TOTAL (MMboe)
CABINDA SUL	3,49	16,16	73,56		93,21
CABINDA NORTE		21,20	15,66		36,86
BLOCO 1/14		20,16		72,36	92,52
Bloco 6/24		6,75			6,75
BLOCO KON-19					
TOTAL GERAL RESERVAS	3,49	64,27	89,22	72,36	229,34

E. NOTAS SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

47. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Rubricas	2025	2024
<u>Moeda Nacional</u>		
Depósitos a prazo	0	0
Depósitos à ordem	274 760	486 576
Caixa	902	54
<u>Moeda Estrangeira</u>		
Depósitos a prazo	0	600 000
Depósitos à ordem	3 883 595	5 068 650
Caixa	11 934	11 525
Conta em transito	2 715	500 000
Total	4 173 906	6 666 806

Luanda, aos 30 de Junho de 2026

Presidente do Conselho de Administração


Carlos Amaral

Administrador


Oscar Rodrigues

Contabilista


Eduardo Seteca
Membro OCPCA Nº 20150086

Carta de Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa e princípio com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, estabelecidos no Plano Geral de Contabilidade e, subsidiariamente, as Normas Internacionais de Relato Financeiro, designadamente a IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais.

Nesta conformidade, declaramos, para os devidos fins, que as informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, obrigações acessórias, apuramento da matéria colectável e arquivo electrónico, relativas ao corrente exercício, exigidas pela Administração Geral Tributária, Inspeção Geral do Trabalho e o Instituto de Segurança Social, são fidedignas.

Também declaramos que:

- a) Os controlos internos adoptados pela empresa são da responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de actividade e volume de transacções;
- b) Não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, face à legislação vigente;
- c) Todos os documentos e/ou informações que geramos e recebemos de nossos fornecedores, encaminhados para a elaboração da escrita contabilística e demais serviços contratados, estão revestidos de total idoneidade;
- d) As existências registadas em conta própria foram por nós verificados e avaliados com base na política de mensuração de existências em vigor na empresa e perfazem a realidade do período encerrado a 31 de Dezembro de 2025.
- e) As informações registadas nos sistemas de gestão e controlo interno, denominado Primavera, são controladas e validadas com documentação de suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo da base de dados e arquivos electrónicos gerados.

Adicionalmente, declaramos que não existem quaisquer factos ocorridos no período em análise que afectem ou possam afectar as demonstrações contabilísticas ou, ainda, a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- a) Fraude envolvendo aos membros dos órgãos sociais ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- b) Fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contabilísticas; e
- c) Violação de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contabilísticas, ou mesmo dar origem ao registo de provisões para contingências passivas.

Atenciosamente.

Presidente do Conselho de Administração



Carlos Amaral



Relatório de Auditoria



Relatório do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração da
ACREP – Exploração Petrolífera, S.A.

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ACREP – Exploração Petrolífera, S.A., (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025 que evidencia um total de 102.718.746 USD e um total de capital próprio de 38.208.070 USD, incluindo um resultado líquido negativo de 3.865.845 USD, as Demonstrações de resultados e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos.
2. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras referidas no parágrafo n.º 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ACREP – Exploração Petrolífera, S.A., em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Base para a opinião com reservas

3. Conforme divulgado na Nota 9, a rubrica “Outros activos não correntes e contas a receber” inclui um saldo a receber da Etu Energias, S.A. (anteriormente SOMOIL – Sociedade Petrolífera Angolana, S.A.), no montante de 6.230.142 USD, cuja realização se encontra dependente do desfecho das negociações em curso relativas à alienação do interesse participativo detido na Acrep Bloco 17, S.A. e à cedência da participação no Bloco 2/05. No âmbito da confirmação externa de saldos obtivemos uma resposta da contraparte que evidencia um montante de 3.883.458 USD, encontrando-se a diferença abrangida pelas negociações em curso entre as partes. Até à data de emissão do presente relatório, não obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada que nos permitisse concluir sobre a recuperabilidade deste saldo. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre os eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2025.
4. Conforme divulgado na Nota 1 das demonstrações financeiras, a Empresa manifestou a sua intenção de cessar a participação detida no Bloco 4/05, tendo o respectivo processo sido submetido Entidade reguladora e participantes do grupo empreiteiro. Contudo, à data de emissão do presente relatório, o processo de saída do Bloco ainda não se encontrava formalmente concluído, não tendo sido emitido o respectivo Decreto -Executivo que formaliza a cessão do interesse participativo. Embora tenham sido partilhadas evidências de comunicação com o grupo empreiteiro que informa a data de corte com referência a 31 de Dezembro de 2024 e a aceitação da Sonangol para a aquisição da participação da Empresa, durante o exercício de 2025 continuaram a ser emitidos "Joint Interest Billings" e "Cash Statement Analysis" associados à participação da Empresa no referido bloco. Nestas circunstâncias, e atendendo ao estado do processo à data de emissão do presente relatório, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, sobre os direitos e obrigações da Empresa relativamente no exercício de 2025, para concluir sobre os eventuais efeitos, se alguns, deste assunto nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2025.
5. Conforme estabelecido pelo Decreto Executivo n.º 66/23, de 17 de Maio, a Empresa adquiriu 55% do interesse participativo e os direitos de operação do Bloco Cabinda Sul Onshore, assumindo a posição de operadora em Maio de 2023. No decurso dos nossos trabalhos identificámos limitações ao nível da

informação financeira histórica e operacional associada ao referido bloco, incluindo aspectos relacionados com a contabilização da aquisição do interesse participativo, o reconhecimento de determinadas transacções operacionais e a reconciliação de saldos decorrentes da actividade do bloco. Adicionalmente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que permitisse validar a estimativa das obrigações de abandono associadas ao bloco, bem como o respectivo enquadramento face às obrigações legais e contratuais aplicáveis. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre os eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2025.

6. Conforme estabelecido pelo Decreto-Executivo n.º 167/24, de 23 de Agosto de 2024, a Empresa adquiriu a totalidade do interesse participativo anteriormente detido pela Azule Energy Angola B.V. no Bloco Norte da Zona Terrestre de Cabinda. No decurso dos nossos trabalhos identificámos insuficiências ao nível do registo, controlo e reconciliação contabilística dos "billings" associados a este bloco, bem como ajustamentos efectuados durante o exercício relativamente a operações registadas em períodos anteriores, para os quais não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que suportasse integralmente o respectivo tratamento contabilístico. Adicionalmente, verificámos que a aquisição do interesse participativo foi registada sem o reconhecimento individualizado dos activos, passivos, direitos e obrigações associados à participação adquirida. Embora tenhamos obtido informação adicional relativamente ao processo de aquisição, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que permitisse determinar os efeitos que este assunto poderá ter nos activos, passivos, resultados e divulgações constantes das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025 e das correspondentes informações comparativas de 31 de Dezembro de 2024. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre os eventuais ajustamentos que poderiam revelar-se necessários relativamente a estas matérias.
7. À data de 31 de Dezembro de 2025 encontravam-se em curso inspecções fiscais e pedidos de esclarecimento relativos aos exercícios de 2015 a 2023 e 2025, envolvendo matérias tributárias cujo montante reclamado pelas autoridades fiscais ascendia a, pelo menos, 1.404.730.518 Kwanzas (equivalente a USD 1.539.792). A Empresa mantém registada uma provisão de USD 705.549 para fazer face a estes riscos fiscais, no entanto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que permitisse concluir sobre a adequação da provisão constituída face às potenciais responsabilidades fiscais decorrentes destes processos. Adicionalmente, a Empresa apurou IRP associado à mais-valia resultante da alienação do interesse participativo no Bloco 2/05, no montante de USD 9.605.835, o qual não se encontrava liquidado à data de 31 de Dezembro de 2025. Apesar de ter sido submetido um pedido de pagamento a prestações às autoridades fiscais, a Empresa não obteve resposta até à data de emissão do presente relatório. Consequentemente, não nos foi possível determinar os eventuais impactos destes assuntos nas demonstrações financeiras anexas.
8. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.
9. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 1 acima, chamamos atenção para o seguinte assunto:
 - i) Tal como referido na Nota 5 (imobilizado incorpóreo) do Anexo ao Balanço e à semelhança de anos anteriores, a Empresa tem reconhecido em "Imobilizado em curso – Activos em pesquisa e avaliação" os custos correntes operacionais incorridos no Bloco Cabinda Norte

Onshore, Bloco 1/14 e outros com a aquisição de dados sísmicos, que em 31 de Dezembro de 2025, totalizam 63.579.966 USD (em 2024 era de 46.887.149 USD). A recuperabilidade dos referidos activos depende da confirmação da viabilidade económica das descobertas petrolíferas realizadas, da ocorrência de futuras descobertas comerciais.

- ii) As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, apesar do seu passivo corrente exceder o seu activo corrente em 32.841.295 USD (2024: 23.278.075 USD), e os resultados líquidos negativos do exercício findo e exercício anterior, e produção concentrada num único bloco com níveis de produção reduzidos, sem considerar potenciais efeitos das matérias apresentadas nas “Bases para a opinião com reservas”. Face ao exposto a continuidade das operações futuras está dependente do sucesso das actividades de pesquisa e desenvolvimento nos blocos ainda em fase de exploração e do adequado apoio financeiro dos Accionistas;

Outras matérias

11. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2024, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outro auditor cujo Relatório de auditoria, datado de 11 de Março de 2025, incluía uma opinião sem reservas e com 6 ênfases. As referidas demonstrações financeiras não foram por nós auditadas pelo que o nosso trabalho sobre as mesmas foi efectuado apenas na extensão considerada necessária para suportar a emissão do nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025.

Responsabilidade do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

12. O órgão de Gestão é responsável pela:
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola;
 - elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
 - adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.
13. O Órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidade do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

14. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável em emitir uma opinião independente sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

15. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
 - Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
 - Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas actividades;
 - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - Comunicamos com os Administradores, incluindo o Conselho Fiscal, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.
16. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Luanda, 8 de Julho de 2026

C&S – Assurance and Advisory, S.A.

Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20180018 e na Comissão de Mercado de Capitais com o n.º 001/AE/CMC/02-19

Representada por:



Henrique Manuel Camões Serra
(Perito Contabilista n.º 20130167)